



# **PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS**  
**CONSOLIDADOS**  
**2023**

**MUNICÍPIO DE LISBOA**

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO .....	4
1 INTRODUÇÃO .....	5
2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....	6
3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2023 .....	8
3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL.....	16
4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	16
4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR.....	18
4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO.....	18
4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS .....	21
4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	22
5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	25
1 BALANÇO CONSOLIDADO .....	26
2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA .....	27
3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	29
5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	30
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS .....	62
1 INTRODUÇÃO .....	63
2 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	64
3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA.....	65
4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA.....	66



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
CONSOLIDADO**

## 1 INTRODUÇÃO

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que *“a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*. O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

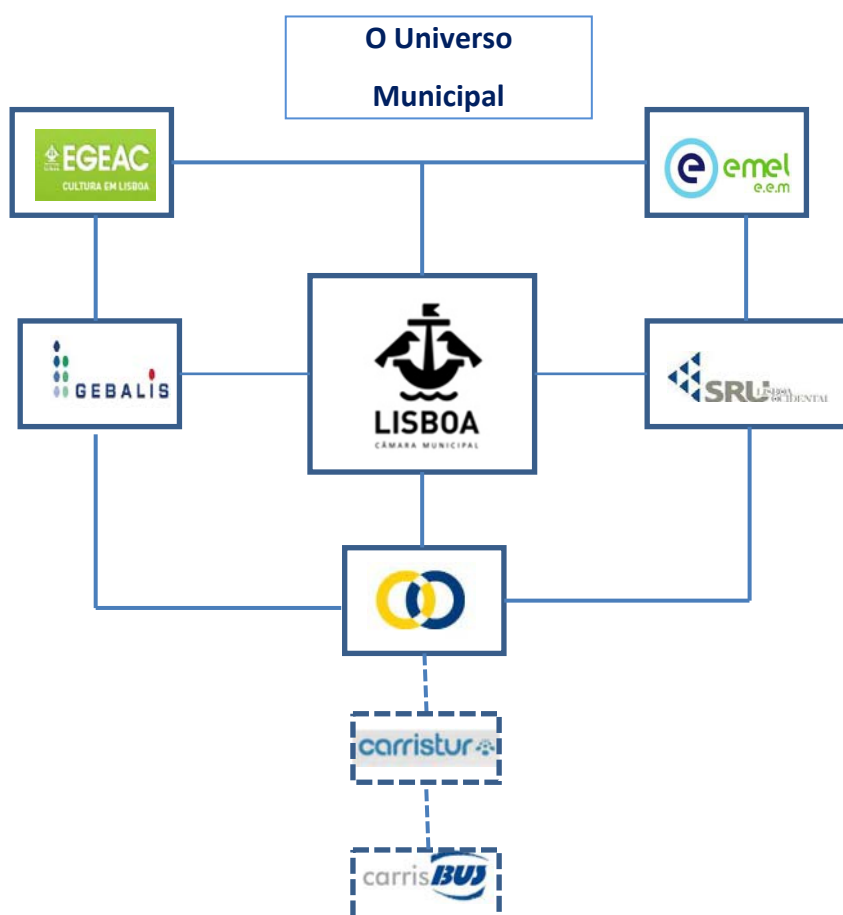
Apesar do nº 7 do supracitado artigo prever apenas Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos resultados por natureza; Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; e Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, da leitura conjugada com o nº 2 que prevê que o regime será do “Plano de Contas em vigor para o setor local”, integra-se com as necessárias adaptações o previsto nas NCP 1, NCP 22 e NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no que concerne às demonstrações financeiras e orçamentais, e ainda, o modelo preconizado no Manual do Relatório Integrado publicado on-line pela UNILEO.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado, uma vez que o Município de Lisboa é detentor de uma percentagem de controlo em todas as entidades incluídas no seu perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma duplicação de valores. O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

## 2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do seu perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: o Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. (inclui a consolidação da Carris com as suas participadas, Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., a GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A. (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em termos de demonstrações financeiras o universo Municipal é o seguinte:



No que se refere às demonstrações orçamentais consolidadas, o Universo Municipal é apenas constituído pelo Município de Lisboa, pela GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e pela LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.,

S.A., no caso da Administração Local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, de acordo com a NCP 26 número 7.2, paragrafo 23, do SNC-AP.



### 3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2023

Relativamente ao Município e a cada uma das empresas municipais, releva-se:

#### **Município de Lisboa**

No âmbito da atividade e resultados do exercício de 2023, cabe realçar:

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação da recuperação iniciada em 2022, com o levantamento das restrições decorrentes da pandemia. Este progresso foi impulsionado principalmente pelo crescimento do consumo privado e das exportações. Porém, enfrentaram-se desafios significativos devido à instabilidade geopolítica, especialmente os impactos económicos da invasão da Ucrânia, o que contribuiu para desacelerar o ritmo de crescimento da economia, com efeitos percetivos no consumo privado e, em menor escala, nos investimentos. O aumento das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (BCE) e a inflação, resultaram numa subida generalizada dos preços, nomeadamente na energia e nos bens alimentares, refletiram-se em restrições na oferta e na depreciação do Euro. Isso condicionou negativamente a situação financeira das famílias, reduzindo significativamente o poder de compra e os níveis de confiança, a par com uma desaceleração nas exportações, corolário do arrefecimento dos principais mercados de exportações portuguesas;

No Município de Lisboa (ML), o desafio consistiu em manter uma trajetória de recuperação, com a prossecução de adequadas políticas públicas focadas nas pessoas, no desenvolvimento sustentável e na ação climática, inovação e circularidade. Destacou-se também a dinâmica das atividades, com gestão da dívida e captação de financiamentos que impulsionem os investimentos, juntamente com uma organização eficaz dos recursos para a sua execução, visando maximizar a eficiência, eficácia e a transparência da ação municipal;

No âmbito da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Decreto-Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o ML acordou receber, com início no ano letivo de 2020/2021, as competências no domínio da educação relacionadas com o planeamento, gestão do funcionamento e execução de contratos de fornecimentos de serviços, bem como o recrutamento e seleção de pessoal não docente referente aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário (conforme Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro);

A realização em Lisboa da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), entre os dias 1 a 6 de agosto, o maior evento alguma vez realizado no nosso país, tendo uma evidente dimensão nacional, foi um desafio extraordinário para o Município e uma oportunidade única para a cidade. Para acolher este evento e estar à altura da responsabilidade que ele exigia, foi necessário, para além de salvaguardar o regular



funcionamento da Cidade, garantir a organização do evento por forma a proporcionar aos peregrinos uma experiência única, agradável e em segurança. Para o efeito foi necessário assegurar a execução um conjunto de tarefas, desde a programação do evento à conceção das infraestruturas necessárias à preparação do recinto, implicando a realização de empreitadas de obras públicas, a aquisição e locação de bens móveis e a aquisição de serviços, das quais se releva a obra realizada no Parque Tejo que permaneceu como novo espaço de fruição da Cidade;

No âmbito do desenvolvimento e implementação de um plano para a gestão patrimonial de infraestruturas (GPI) dos serviços de saneamento, e no contexto da transição e implementação do SNC-AP, procedeu-se, com o apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), à reavaliação patrimonial (contabilística) das infraestruturas do sistema de águas residuais e pluviais do Município de Lisboa, tendo o cadastro sido atualizado para ≈324,5 milhões de euros (≈+276,3 milhões de euros);

O ML prosseguiu o plano de investimentos estruturantes inseridos no Programa Lx XXI, no âmbito dos setores da Habitação, Regeneração Urbana e Mudança Climática (Plano Geral de Drenagem), financiados ao abrigo do contrato celebrado com o BEI, com chancela do Programa Europeu de Investimento Estratégicos (Plano *Junker*), tendo a execução acumulada do Programa, até 31 de dezembro de 2023, no universo municipal atingido ≈589,2 milhões de euros, por conexão com o valor das adjudicações de contratos, dos quais ≈422,3 milhões de euros foram já concretizados.

Ao longo de 2023, a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) continuou o plano de recrutamento para renovação do mapa de pessoal, com o objetivo de garantir os recursos humanos indispensáveis ao funcionamento das diversas unidades orgânicas através do recrutamento de trabalhadores com as competências ajustadas aos objetivos dos serviços e paralelamente, rejuvenescer a força de trabalho;

### **Grupo CARRIS**

A CARRIS tem como principal atividade a prestação de serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros.

O ano de 2023 foi fortemente marcado pela recuperação da procura, com cerca de 137 milhões de passageiros transportados, o que significa um acréscimo na ordem dos 10 milhões de passageiros (aproximadamente +8%) face ao período homólogo.

Para este aumento da procura contribuíram, naturalmente, todas as medidas que a empresa tem implementado no sentido de melhorar o seu serviço, bem como a comunicação com os seus clientes. Constituem exemplo destas medidas, entre outras, o reforço da oferta, através da introdução de novas carreiras, a reorganização de percursos e horários, bem como a resposta a eventos e/ou situações

pontuais de aumento da procura de serviço de transporte público na Cidade, apresentando a CARRIS, no período em análise, uma taxa de cumprimento do serviço de 97%.

Importa também ter presente que a medida adotada, no último trimestre de 2022, pela Câmara Municipal de Lisboa, de atribuição da gratuidade de acesso ao transporte público na cidade de Lisboa, aos maiores de 65 anos e aos jovens estudantes com idade inferior a 23 anos, teve efeitos muito positivos no ano 2023. Em termos de receita tarifária (incluindo compensações tarifárias) registou-se um crescimento na ordem dos 12% face ao período homólogo, atingindo 119 milhões de euros.

Em termos de oferta, a CARRIS apresenta um ligeiro decréscimo da oferta em veículos.km em -0,6%, comparativamente a 2022. Não tendo ocorrido um corte de serviços, este decréscimo foi sobretudo resultado do crescente congestionamento e interrupções na circulação que resultaram em atrasos e consequente redução do número de quilómetros percorridos.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento na renovação da frota, tanto de autocarros como elétricos.

A CARRIS conseguiu reforçar o equilíbrio da situação financeira, apresentando um Resultado Líquido e Capitais Próprios positivos, uma autonomia financeira de 48,3% e uma solvabilidade de 93,6%.

A CARRISTUR, detida em 100% pela CARRIS, desenvolve a sua atividade essencialmente no setor turístico.

Assim, no decorrer de 2023, a sua atividade refletiu a recuperação registada neste sector, depois de dois anos marcados pela pandemia COVID-19, registando-se um acréscimo na ordem dos 1,8 milhões de euros de receita, ou seja, um aumento de cerca de 17% face ao período homólogo.

Em relação à área de formação, esta veio a revelar-se melhor do que previsto, apesar dos condicionalismos relacionados com a disponibilidade de meios para o efeito.

Este aumento de atividade, a par com um controlo de custos muito rigoroso, permitiu que a empresa atingisse um resultado líquido positivo de 1,5 milhões de euros.

## **EGEAC**

Os Instrumentos de Gestão Previsional de 2023 foram aprovados através da Proposta Nº 736 de 30 de novembro de 2022. O respetivo Contrato Programa, no montante de 11 267 420,00€ foi integralmente transferido para a EGEAC.

Através da Proposta nº 58/2023 de 23/02/2023, foi aprovado a minuta do Contrato de Mandato, assinado pelo Município e a EGEAC no dia 3 de março de 2023, com o propósito de criar o instrumento necessário à celebração de contratos que tenham por objeto a locação ou aquisição de bens móveis,

a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas, destinados à organização, promoção, conceção e implementação da JMJ no espaço do Parque Eduardo VII, no montante de 4 132 800,00€.

A realização da Jornada Mundial da Juventude, com a participação ativa da EGEAC, foi sem dúvida o grande acontecimento do ano, na nossa Lisboa.

A 26 de abril, através da Proposta nº 195/2023, foi aprovado o Relatório e Contas da EGEAC de 2022. Com a Proposta nº 483/2023, foi transferido para o universo da EGEAC o imóvel designado “Pavilhão Azul”, futuro equipamento cultural que irá acolher a coleção de arte contemporânea de Julião Sarmento.

A Proposta nº 587/2023 aprovou o retorno à gestão direta da EGEAC do Cineteatro Capitólio – Raul Solnado.

### **Rendimentos**

Os Rendimentos Globais - sem JMJ - estão muito próximo do orçamentado (-1%). Os patrocínios, as bilheteiras e as concessões ficam ligeiramente abaixo. A concessão do restaurante do Castelo de S. Jorge efetuada só no 2º semestre e a conjuntura económica não ajudaram no cumprimento dos objetivos delineados. No entanto, as vendas de mercadorias e os outros rendimentos suplantaram os valores orçamentados em mais do dobro.

### **Gastos**

Os gastos globais – sem JMJ - situam-se 2% abaixo do orçamentado, representando um desvio negativo de cerca de 650 mil euros. Mais de 50% desse desvio acontece nos Gastos de Funcionamento, que advém, fundamentalmente, de entre o momento da elaboração do orçamento, o lançamento dos concursos e as adjudicações, existir uma considerável diferença, em baixa, dos preços considerados inicialmente. Segue-se a Atividade com 21%. Os Gastos com Pessoal são praticamente iguais ao orçamentado, apresentando um desvio de pouco mais de 8 mil euros. Neste exercício, mais de 50% dos trabalhadores beneficiaram das suas progressões automáticas, bem como se procedeu a um aumento salarial de 52 euros em todos os vencimentos inferiores ou iguais a 2 600 euros e 2% para os acima deste valor. Para além deste, foi ainda concretizado o aumento de 1% para todos os trabalhadores. Também o subsídio de refeição passou para 8,32 euros/dia. Ainda, com um conjunto de novas admissões, face à assunção de novas responsabilidades – novos equipamentos – os Gastos com o Pessoal tiveram um acréscimo de 9,9% face ao ano transato. O universo de trabalhadores da EGEAC, a 31 de dezembro de 2023, é de 441.

As Amortizações são inferiores em 15%, fundamentalmente, porque não foi possível concretizar todo o plano de investimentos e porque a conclusão das obras e o fornecimento de bens, ocorrem maioritariamente no 4º trimestre do ano, determinando uma amortização inferior, proporcional ao período de uso.

Os Juros situam-se nos 165 mil euros, triplicando o valor previsto. Este acréscimo resulta da necessidade de financiamento à tesouraria, para concretizar todos os pagamentos inerentes às JMJ, tendo o Contrato Mandato sido reembolsado à posteriori, pelo Município.

### **Investimento**

Em 2023, o Plano de Investimentos atingiu uma execução de 88%. Tal como previsto, é o Museu de Lisboa – Palácio Pimenta e o Castelo de S. Jorge que lideram, com 30% e 10% respetivamente. As obras de requalificação das Galerias Municipais e do Teatro Luis de Camões são igualmente significativas com 8% e 7% do investimento total realizado.

O procedimento de adjudicação do novo Sistema Integrado de Gestão foi efetuado em novembro, tendo-se concluído as primeiras fases de análise de requisitos e desenho dos processos internos.

### **EMEL**

O ano de 2023 representou para a EMEL a consolidação do seu papel de agente da implementação da estratégia de mobilidade do Município, deixando definitivamente para trás os impactos da pandemia de Covid-19.

Esta consolidação refletiu-se num crescimento dos resultados (o resultado líquido do período cresceu 11%), mas essencialmente numa expansão transversal a todas as atividades da empresa. A execução do investimento cresceu quase 50% face ao ano 2022.

O crescimento do número de lugares contribuiu para o aumento dos rendimentos do estacionamento na via pública, que cresceram 5% face ao ano 2022. Esta evolução também decorreu da adequação das tarifas implementadas, que se refletiu na aplicação num maior preço médio da rotação.

No que concerne aos parques de estacionamento, a EMEL tem em desenvolvimento um abrangente programa de investimento nesta área, com projetos que visam necessidades diversas, desde parques dissuasores a parques mais vocacionados para rotação e, naturalmente, infraestruturas destinadas a residentes.

A EMEL tem vindo a dotar a cidade de infraestruturas estruturantes para que a opção modal recaia, cada vez mais, em modos suaves, e que mesmo no caso do recurso ao automóvel particular a dimensão de sustentabilidade assuma cada vez maior relevo.

Continua a ser uma forte aposta da empresa, o investimento na rede de estações do GIRA (ampliada com 12 novas estações), tal como na aquisição de bicicletas para o sistema.

Estes investimentos têm contribuindo para um número crescente de viagens na GIRA, este ano foram realizadas quase 2,7 milhões de viagens. Saliente-se ainda que se registou um marco histórico: desde o início da GIRA, as bicicletas já efetuaram mais de 10 milhões de viagens, um número que não deixa dúvidas quanto à relevância do sistema como alternativa ao transporte público.

A densificação da rede de pontos de carregamento da LEVE recebeu seis novas tomadas no parque da Calçada do Combro e a modernização de outras 20, fechando-se o ano com o total de 130 tomadas ativas. Os rendimentos associados aos carregamentos na rede LEVE cresceram quase 40%, com os hubs de carregamento rápido a demonstrarem clara preferência no mercado.

A modernização da rede SLAT está quase concluída – no final de 2023 restavam 23 interseções por modernizar. Para além da otimização da fluidez do tráfego rodoviário, a modernização da rede integrou uma forte aposta na segurança do modo pedonal, com a instalação de 1 500 semáforos com função de contagem decrescente do tempo disponível para atravessamento pelos peões.

O investimento executado pela EMEL em 2023 aproximou-se dos 7,4 milhões de euros, um crescimento de quase 50% face ao ano 2022. Quase 82% do montante global de investimento foi canalizado para projetos com objetivos claros de promoção de uma mobilidade mais sustentável.

Em resumo, o ano de 2023 demonstrou que a empresa se encontra numa fase de crescimento e de forte sustentabilidade. Os valores obtidos no presente ano refletem um forte equilíbrio em termos económicos e financeiros. Por este motivo, as perspetivas futuras continuam a ser caracterizadas por um forte otimismo, ficando demonstrado que a empresa mantém uma boa capacidade para investir na cidade Lisboa.

## **GEBALIS**

Sensivelmente há 1 ano, destacavam-se as bases que tinham sido lançadas para a concretização de um ciclo, que se desejava estruturante para o futuro da habitação municipal em Lisboa.

Concluída que está a primeira metade do mandato deste Conselho de Administração, importa, por um lado, refletir sobre em que medida os objetivos a priori estabelecidos têm visto concretização prática e, por outro, avaliar o impacto real da atividade da Empresa na vida das pessoas e dos bairros municipais.

Olhando às prioridades definidas para o mandato, dos 1600 fogos devolutos propostos reabilitar e afetar a programas de arrendamento municipal, 1000 encontram-se já concluídos, em apenas 2 anos. Concretizou-se em 2023 o reforço previsto para investimento na manutenção e reparação de elevadores, mantendo-se o objetivo de continuar a modernizar o parque de equipamentos instalados. No que respeita à requalificação dos bairros municipais em pior estado de degradação, importa sublinhar o início das obras de reabilitação em todas as 11 ações previstas, no âmbito do CP354CM2022, e a celebração de mais um contrato-programa com a Câmara Municipal de Lisboa, no valor de 100M, num total de 142M já contratualizados com o Município durante o atual mandato. E quanto ao aumento do peso e relevância dos projetos de intervenção comunitária, destaca-se o

reforço do investimento nesta área, o crescimento substancial do número de iniciativas desenvolvidas e o alargamento de ações a mais bairros e a mais freguesias da cidade de Lisboa.

"Colocar as pessoas em primeiro lugar" é o mote e o princípio fundamental que norteia a nossa ação: responder de forma concreta aos problemas das nossas comunidades, através da recuperação do edificado e, tão ou mais importante, pela integração dos nossos moradores no ambiente social da cidade de Lisboa. 673 fogos reabilitados, 75 mil atendimentos concretizados e 9,9 mil visitas domiciliárias efetuadas. Acima de 99% de execução financeira de contratos-programa celebrados com a CML.

Os números relativos ao ano de 2023 são bem elucidativos que o rumo preconizado para a Empresa apresenta já resultados objetivos e quantificáveis.

A resposta às situações precárias em que muitas famílias vivem é um desafio permanente, e uma capacidade de contacto e resposta atempada aos moradores um desígnio para este mandato. E é precisamente para colocar a Gebalis noutra patamar de resposta às pessoas, para otimizar procedimentos internos e para elevar os níveis de eficiência da organização, que assumimos como prioritários alguns projetos estruturais para o futuro da Empresa.

O Portal do Morador, lançado durante o ano de 2023, permite, aos residentes, submeter pedidos à distância de um clique; o novo Contact-Center, inaugurado também em 2023, trouxe consigo a uniformização e a centralização de todo o atendimento não presencial; e o novo CRM, que se encontra em fase de preparação, propõe-se a dar uma nova robustez à gestão interna da Empresa, com vista a otimizar processos e a melhorar tempos de resposta aos pedidos recebidos.

O investimento que tem vindo a ser realizado na Empresa, nos moradores e nos bairros de habitação municipal não se tem cingido somente a responder ao imediato, ou em preparar exclusivamente o médio e o longo prazo. O equilíbrio entre a urgência de respostas para ontem, pela ausência de investimento continuado durante vários anos, e a necessidade de reestruturar e de preparar a Empresa para, no futuro, a capacidade de resposta interna apresentar outra cadência, têm sido princípios orientadores da gestão, fundamentais para alcançar os objetivos preconizados.

### **Lisboa Ocidental, SRU**

A realização da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, nomeadamente a realização da vigília, evento final e cimeiro deste acontecimento, no antigo aterro de Beirolas, cujo tratamento e preparação do recinto foi da responsabilidade desta empresa, assumiu-se como o acontecimento central do ano de 2023.

A par deste grande evento, outros objetivos foram alcançados nas restantes áreas de atuação da empresa, nomeadamente nas direções de obras. Destaca-se o facto de que desde a criação da empresa, este foi o ano em que ocorreram o maior número e valor de consignações (32 empreitadas/161 M€) e receções de empreitadas (29 empreitadas/ 82 M€).

Neste universo dos processos de empreitada destacamos, para além do programa de Espaço Público no qual se integrou a Jornada Mundial da Juventude, o programa de Escolas e Creches com 8 empreitadas (30M€). Relativamente às receções provisórias, sublinhamos também este último programa, com 6 empreitadas (29M€) e o programa Centros de Saúde e Outros Equipamentos com 10 empreitadas (21,6M€) entre as quais 3 Unidades de Saúde (Unidades de Saúde de Alcântara, do Beato e do Fonte Nova).

O programa de Habitação registou um forte incremento com a consignação de 7 empreitadas no valor total de 108M€ (439 fogos), tendo-se iniciado a operação em Marvila.

O número expressivo de empreitadas atualmente em curso na Lisboa Ocidental SRU (29), resulta do grande esforço interno de todas as equipas e da sua articulação com toda a estrutura camarária, no sentido de avançar no cumprimento das metas do PRR, na criação de fogos habitacionais a custos acessíveis e, na promoção do ensino escolar, pré-escolar e infantil (estão atualmente em obra 5 creches, prevendo-se o lançamento de mais 2 concursos de empreitada destes equipamentos durante o 1º trimestre de 2024).

No âmbito das Concessões, Residências e Cooperativas, é de realçar o incremento ocorrido na área das cooperativas, para o qual foram lançados 3 concursos de conceção de projeto com o apoio da Ordem dos Arquitetos, tendo já no início de janeiro de 2024 sido abertos dois outros concursos para este fim. De sublinhar também o trabalho desenvolvido no sentido de procurar novos modelos e estratégias de intervenção para a criação de habitação concessionada e de residências de estudantes.

Por último destacamos a incorporação durante o ano de 2023 de 12 novas intervenções cuja concretização passou a ser coordenada pela SRU, na área da cultura, espaço público e escolas. Todas constituem grandes desafios para as equipas internas de projeto e obra, pelas características arquitetónicas e patrimoniais dos edifícios que se propõe reabilitar, pela escala e novos programas funcionais necessários à modernização do conjunto de escolas EB23/Secundárias e, pelo impacto que advém de intervir em grandes eixos viários e funcionais da cidade de Lisboa, como serão os trabalhos de requalificação da Rua Ferreira Borges e da Av. 24 de Julho.

Apesar das diversas dificuldades sentidas para concretização dos objetivos traçados, nomeadamente pelo agravamento dos custos de construção e escassez de materiais e mão-de-obra, a execução financeira da empresa foi de 87.665.132,04€, valor superior em 11.333.359,67€ ao registado em 2022 e ao qual corresponde uma taxa de execução de 82 %.



### 3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL

Unid: milhares de euros

Rubricas	Município	Grupo CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	2.077.572	78.674	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	3.245.275	117.637	3.347	42.256	4.158	3.767
Activo Não Corrente	3.692.237	159.990	10.225	64.962	4.324	17.857
Activo Corrente	283.725	85.472	6.205	15.195	19.053	34.485
Passivo Total	730.687	127.824	13.083	37.900	19.218	48.575
Passivo Não Corrente	544.579	41.576	1.348	3.814	8.288	27.966
Passivo Corrente	186.108	86.248	11.735	34.087	10.930	20.609
Rendimentos Totais	934.032	187.830	38.493	49.461	49.179	89.771
Subsídios de Exploração	81.135	48.520	11.056	-	26.290	8.766
Gastos Totais	952.626	178.336	38.452	47.608	49.132	89.761
Gastos com Pessoal	295.440	97.224	16.847	21.382	8.372	6.079
RAI	-18.594	11.470	41	1.853	47	10
EBITA	90.562	31.337	1.710	8.404	792	297
RL	-18.594	9.494	15	1.352	18	-
N.º Empregados	9.990	2.779	441	780	260	109

## 4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 417,8 milhões de euros, que representa 11 % do total do ativo do Município, individualmente considerado e o total das vendas, prestações de serviços e impostos é de 308,3 milhões de euros que comparam com os 778,7 milhões de euros obtidos pelo Município.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o ano de 2023, quando

individualmente considerado. Todos os aspetos positivos e negativos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2023, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

Salienta-se a existência do registo de trabalhos para a própria entidade em termos consolidados, de 84,0 milhões de euros (SRU: 80,6 milhões de euros; EMEL: 3,1 milhões de euros), que se refere à faturação ao Município por parte das empresas, ao abrigo dos contratos de mandato e que o Município regista em Ativos Fixos tangíveis (investimentos em curso). Estão ainda incluídos 317,0 mil euros, relativos a trabalhos gerados no Grupo Carris.

## 4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR

### 4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Lisboa

Balanço Consolidado - 31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	NOTAS	Consolidado do Município de Lisboa			Varição
		2023	2022 reexpresso	2022	2023-2022
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	5	3.566.809.310,00	3.444.940.459,51	3.165.539.966,47	121.868.850,49
Propriedades de investimento	8	9.312.721,91	9.870.979,41	9.870.979,41	-558.257,50
Ativos intangíveis	3	3.768.682,38	3.506.026,32	3.506.026,32	262.656,06
Ativos biológicos					
Participações financeiras	18.1	70.171.532,68	68.693.353,79	68.693.353,79	1.478.178,89
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Clientes, contribuintes e utentes		1.655.501,25	117.510,09	117.510,09	1.537.991,16
Acionistas/sócios/associados					
Diferimentos	18.1	1.683.788,84	1.219.909,77	1.219.909,77	463.879,07
Outros ativos financeiros		1.825.624,01	1.853.151,13	1.853.151,13	-27.527,12
Ativos por impostos diferidos	18.1	763.698,49	1.049.854,24	1.049.854,24	-286.155,75
Outras contas a receber	18.1	37.149.434,75	33.732.998,82	33.732.998,82	3.416.435,93
		<b>3.693.140.294,31</b>	<b>3.564.984.243,08</b>	<b>3.285.583.750,04</b>	<b>128.156.051,23</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários	10	7.599.882,66	7.089.545,10	7.089.545,10	510.337,56
Ativos biológicos					
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	5.098.154,35	5.330.959,28	5.330.959,28	-232.804,93
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	12.020.225,07	13.176.582,68	13.176.582,68	-1.156.357,61
Estado e outros entes públicos		9.122.014,05	8.419.441,05	8.419.441,05	702.573,00
Acionistas/sócios/associados					
Outras contas a receber	18.1	223.535.522,88	218.407.671,62	218.407.671,62	5.127.851,26
Diferimentos		6.201.672,71	5.621.859,85	5.621.859,85	579.812,86
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros					
Ativos não correntes detidos para venda					
Caixa e depósitos	1	140.743.074,42	210.784.002,33	210.784.002,33	-70.040.927,91
		<b>404.320.546,14</b>	<b>468.830.061,91</b>	<b>468.830.061,91</b>	<b>-64.509.515,77</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>4.097.460.840,45</b>	<b>4.033.814.304,99</b>	<b>3.754.413.811,95</b>	<b>63.646.535,46</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital		2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	-
Ações (quotas) próprias		-4,00	-4,00	-4,00	-
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas		106.443.841,15	96.339.518,26	96.339.518,26	10.104.322,89
Resultados transitados		582.969.494,48	499.795.496,65	175.857.550,13	83.173.997,83
Ajustamentos em ativos financeiros		1.719.336,32	-11.254.649,08	-11.254.649,08	12.973.985,40
Excedentes de revalorização		40.827.051,32	40.955.330,04	68.729.547,71	-128.278,72
Outras variações no Património Líquido	14	448.905.381,87	461.949.389,33	461.654.378,21	-13.044.007,46
Resultado líquido do período		<b>-13.954.682,59</b>	<b>86.593.911,59</b>	<b>103.652.158,52</b>	<b>-100.548.594,18</b>
Dividendos antecipados					
Interesses que não controlam					
<b>Total Património Líquido</b>		<b>3.244.482.055,25</b>	<b>3.251.950.629,49</b>	<b>2.972.550.136,45</b>	<b>-7.468.574,24</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	15	161.153.998,18	155.778.448,78	155.778.448,78	5.375.549,40
Financiamentos obtidos	7/18.2	267.231.511,16	258.420.255,21	258.420.255,21	8.811.255,95
Fornecedores de investimentos					
Fornecedores					
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	24.2	24.215.031,53	18.803.084,38	18.803.084,38	5.411.947,15
Diferimentos		77.762.557,27	77.204.169,86	77.204.169,86	558.387,41
Passivos por impostos diferidos	18.2/24.1	13.151.548,57	13.280.972,01	13.280.972,01	-129.423,44
Outras contas a pagar		61.760.046,76	27.889.361,72	27.889.361,72	33.870.685,04
		<b>605.274.693,47</b>	<b>551.376.291,96</b>	<b>551.376.291,96</b>	<b>53.898.401,51</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	69.814,86	50.000,00	50.000,00	19.814,86
Fornecedores	18.2	37.899.178,74	15.888.409,84	15.888.409,84	22.010.768,90
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	190.209,20	1.442.466,38	1.442.466,38	-1.252.257,18
Estado e outros entes públicos	25	8.453.389,12	7.448.628,40	7.448.628,40	1.004.760,72
Acionistas/sócios/associados					
Financiamentos obtidos	7/18.2	28.906.168,00	30.121.042,21	30.121.042,21	-1.214.874,21
Fornecedores de investimentos	18.2	2.283.728,02	4.455.570,63	4.455.570,63	-2.171.842,61
Outras contas a pagar	18.2/24.1	119.788.135,89	138.512.004,65	138.512.004,65	-18.723.868,76
Diferimentos	24.2	50.113.467,90	32.569.261,43	32.569.261,43	17.544.206,47
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
		<b>247.704.091,73</b>	<b>230.487.383,54</b>	<b>230.487.383,54</b>	<b>17.216.708,19</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>852.978.785,20</b>	<b>781.863.675,50</b>	<b>781.863.675,50</b>	<b>71.115.109,70</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>4.097.460.840,45</b>	<b>4.033.814.304,99</b>	<b>3.754.413.811,95</b>	<b>63.646.535,46</b>

O valor do ativo consolidado é de 4.097,5 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.976,0 milhões de euros, cerca de 97%.

- Comparativamente com o ano de 2022, verifica-se que os Ativos Fixos Tangíveis observaram um acréscimo de 401,3 milhões de euros, essencialmente devido à variação ocorrida no Município de Lisboa, no montante de  $\approx$  379,8 milhões de euros, e que representa 94,7% deste universo. O incremento verificado é resultado do acréscimo na rubrica de infraestruturas, devido aos novos valores atribuídos às infraestruturas de saneamento, com base num estudo efetuado pelo LNEC, de modo, a atualizar o cadastro para valores de 2020, no montante de 276,3 milhões de euros (no âmbito da transição para SNC-AP). Os investimentos em curso, também contribuíram para este aumento, com aquisições registadas no valor de 87,8 milhões de euros, que foram executados ao abrigo do contrato de mandato celebrado com a Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A. (SRU) para a realização de diversas obras. Estes valores foram deduzidos pelo reconhecimento das depreciações do período;
- O património líquido apresenta um valor de 3.244,5 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 271,9 milhões de euros, comparativamente com o período anterior, que é justificada essencialmente pelo acréscimo de 407,1 milhões de euros, em resultados transitados que inclui o resultado líquido positivo do ano anterior. Inclui-se aqui também, o registo do carregamento histórico de imobilizado, referente a bens já existentes, mas que não se encontravam registados, ou a contrapartida de registos relativos a regularizações, destacando-se 276,3 milhões de euros, relativos à atualização do inventário municipal, de acordo com a metodologia e os procedimentos, relativos à reavaliação patrimonial das infraestruturas de saneamento do Município de Lisboa, de acordo com a Proposta 42/2023, aprovada em Reunião de Câmara do dia 15 de fevereiro. Em sentido inverso observou-se uma diminuição de 117,6 milhões de euros, no resultado Líquido do exercício, em consequência de o resultado líquido do Município ter passado de 99,8 milhões de euros, positivos em 2022, para 18,6 milhões de euros, negativos em 2023;
- No que se refere ao passivo total, registou-se um acréscimo de 71,1 milhões de euros, reflexo essencialmente de as outras contas a pagar, não correntes, apresentarem, em termos gerais, um acréscimo de 33,9 milhões de euros, resultado da reclassificação das Permutas efetuada pelo Município. Em 31.12.2022 as Permutas encontravam-se registadas em Passivo Corrente, no entanto, dada a natureza desses registos, procedeu-se à sua reclassificação para Passivo não corrente, no valor aproximado de 30,0 milhões de euros;

- Os fornecedores revelam um incremento de 22,0 milhões de euros, comparativamente com o ano anterior, sendo a Carris que mais contribui para esta variação, com um aumento de 20,6 milhões de euros, que se relaciona com as aquisições de novos elétricos e autocarros;
- A rubrica de diferimentos, também manifestou um crescimento de 17,5 milhões de euros, justificado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios de capital obtidos, com condições, sendo que o maior valor diz respeito ao IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, com 17,2 milhões de euros.

## 4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Município de Lisboa

Demonstração de Resultados Consolidada - 31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidado do Município de Lisboa			Varição
		2023	2022 reexpresso	2022	2023-2022
Impostos, contribuições e taxas	14.1	659.099.643,58	618.161.331,11	618.161.331,11	40.938.312,47
Vendas	13.1	7.324.515,99	11.679.338,47	7.037.418,85	-4.354.822,48
Prestações de serviços e concessões	13.1	340.137.251,42	303.422.545,30	303.422.545,30	36.714.706,12
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.1	82.893.695,61	89.190.485,83	93.832.405,45	-6.296.790,22
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		770.258,96	508.557,65	508.557,65	261.701,31
Variações nos inventários da produção		-51.339,53	8.793,62	8.793,62	-60.133,15
Trabalhos para a própria entidade		84.014.281,39	72.142.540,14	72.142.540,14	11.871.741,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-29.480.416,56	-30.056.700,91	-30.056.700,91	576.284,35
Fornecimentos e serviços externos	26	-369.418.741,43	-315.112.538,67	-315.112.538,67	-54.306.202,76
Gastos com pessoal	19.1	-445.112.400,19	-401.184.650,79	-401.184.650,79	-43.927.749,40
Transferências e subsídios concedidos		-192.966.965,74	-178.524.734,71	-178.524.734,71	-14.442.231,03
Prestações sociais					
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-76.063,78			-76.063,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.638.380,69	1.495.585,47	1.495.585,47	1.142.795,22
Provisões (aumentos/reduções)	15	-6.147.859,64	48.817.450,29	48.817.450,29	-54.965.309,93
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		15.619,55	-30.304,41	-30.304,41	45.923,96
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos		43.945.116,23	43.160.553,15	43.160.553,15	784.563,08
Outros gastos		-50.154.119,24	-51.290.834,68	-51.290.834,68	1.136.715,44
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>127.430.857,31</b>	<b>212.387.416,86</b>	<b>212.387.416,86</b>	<b>-84.956.559,55</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-131.931.045,61	-124.184.642,39	-107.126.395,46	-7.746.403,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-4.500.188,30</b>	<b>88.202.774,47</b>	<b>105.261.021,40</b>	<b>-92.702.962,77</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.1	3.078.543,67	1.976.655,76	1.976.655,76	1.101.887,91
Juros e gastos similares suportados		-9.991.708,14	-3.460.458,93	-3.460.458,93	-6.531.249,21
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-11.413.352,77</b>	<b>86.718.971,30</b>	<b>103.777.218,23</b>	<b>-98.132.324,07</b>
Imposto sobre o rendimento		-2.541.329,82	-125.059,71	-125.059,71	-2.416.270,11
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-13.954.682,59</b>	<b>86.593.911,59</b>	<b>103.652.158,52</b>	<b>-100.548.594,18</b>

- O resultado líquido consolidado é negativo em 14,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo significativo de 117,6 milhões de euros comparativamente com o período homólogo de 2022;
- Relativamente aos acréscimos, o mais significativo ocorreu nas rubricas impostos, contribuições e taxas, devido ao aumento do valor proveniente do Imposto Municipal sobre Transações (IMT) de ≈20,1 milhões de euros, compensação Urbanística de ≈5,8 milhões de euros, Taxa Turística de ≈5,5 milhões de euros e Imposto Municipal sobre imóveis de ≈5,0 milhões de euros;
- O incremento nas prestações de serviços e concessões, de ≈36,7 milhões de euros, é resultado dos valores apresentados pelas Empresas onde se observou um acréscimo na generalidade das mesmas. Os maiores contributos recaem sobre a Carris e a Lisboa Ocidental SRU, com variações de 21,3 milhões de euros, e 13,9 milhões de euros, comparativamente com os valores apresentado no ano transato;
- Nas provisões verificou-se uma redução de ≈55,0 milhões de euros, sendo que a rubrica que mais contribuiu para esta variação é a referente a provisões para processos judiciais e tem origem no facto do Departamento Jurídico do Município, ter efetuado em 2022 uma análise detalhada dos valores de cada processo judicial em curso, tendo originado uma atualização/redução, de 48,2 milhões de euros;

- Os gastos com Fornecimentos e serviços externos apresentam um aumento de 54,3 milhões de euros, observando-se um incremento dos mesmos, tanto no Município, como nas diversas empresas, destacando-se o Município e a Gebalis com acréscimos de 16,9 milhões de euros, e 14,5 milhões de euros, respetivamente face ao ano anterior;
- Os gastos com o pessoal, também tiveram um considerável aumento, face ao seu período homólogo, apresentando mais 43,9 milhões de euros, relevando para esta variação, 26,9 milhões de euros do Município de Lisboa (ML), em consequência da entrada de novos elementos para os quadros do ML, assim como diversas requalificações verificadas. Para além do Município a Carris também contribuiu para este acréscimo, com um aumento de 10,8 milhões de euros, que decorre essencialmente das atualizações das remunerações do pessoal, mas também do pagamento do complemento remuneratório especial aquando das JMJ;
- Os Gastos/Reversões de depreciação e amortização sofrem um acréscimo em 24,8 milhões de euros. Esta variação resulta de um incremento de 17,2 milhões de euros, ocorrido no ML, referente à depreciação dos sistemas de saneamento;
- O resultado consolidado encontra-se ainda afetado positivamente em 84,0 milhões de euros (2022: 72,1 milhões de euros), pelo registo do valor dos trabalhos para a própria entidade, que se referem aos trabalhos efetuados pelas empresas municipais nos ativos do Município, ao abrigo dos contratos de mandato.

## 4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:



(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
	2023	2023	2023	2023	2023
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	3.566.809.310,00	3.353.555.036,17	230.722.090,73	-17.467.816,90	94%
Outras contas a receber	37.149.434,75	35.136.656,90	2.012.777,85	-	95%
Outros	89.181.549,56	303.545.281,59	24.622.882,07	-238.986.614,10	340%
	<b>3.693.140.294,31</b>	<b>3.692.236.974,66</b>	<b>257.357.750,65</b>	<b>-256.454.431,00</b>	<b>100%</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Outras contas a receber	223.535.522,88	225.284.340,96	36.253.595,18	-38.002.413,26	101%
Caixa e depósitos	140.743.074,42	40.198.846,09	100.544.228,33	-	29%
Outros	40.041.948,84	18.241.462,44	23.611.555,14	-1.811.068,74	46%
	<b>404.320.546,14</b>	<b>283.724.649,49</b>	<b>160.409.378,65</b>	<b>-39.813.482,00</b>	<b>70%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>4.097.460.840,45</b>	<b>3.975.961.624,15</b>	<b>417.767.129,30</b>	<b>-296.267.913,00</b>	<b>97%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	114.422.918,11	-114.422.918,11	100%
Outras variações no Património Líquido	448.905.381,87	418.811.648,83	30.093.733,04	-	93%
Outros	731.959.719,27	767.485.480,16	15.770.218,67	-51.295.979,56	105%
Resultado líquido do período	-13.954.682,59	-18.594.206,65	10.879.476,66	-6.239.952,60	133%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>3.244.482.055,25</b>	<b>3.245.274.559,04</b>	<b>171.166.346,48</b>	<b>-171.958.850,27</b>	<b>100%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	161.153.998,18	152.530.169,95	8.623.828,23	-	95%
Financiamentos obtidos	267.231.511,16	246.899.478,55	20.332.032,61	-	92%
Outros	176.889.184,13	145.149.499,84	46.679.559,29	-14.939.875,00	82%
	<b>605.274.693,47</b>	<b>544.579.148,34</b>	<b>75.635.420,13</b>	<b>-14.939.875,00</b>	<b>90%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Outras contas a pagar	119.788.135,89	112.592.871,65	87.201.474,67	-80.006.210,43	94%
Diferimentos	50.113.467,90	42.833.317,18	10.434.994,44	-3.154.843,72	85%
Outros	77.802.487,94	30.681.727,94	73.328.893,58	-26.208.133,58	39%
	<b>247.704.091,73</b>	<b>186.107.916,77</b>	<b>170.965.362,69</b>	<b>-109.369.187,73</b>	<b>75%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>852.978.785,20</b>	<b>730.687.065,11</b>	<b>246.600.782,82</b>	<b>-124.309.062,73</b>	<b>86%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>4.097.460.840,45</b>	<b>3.975.961.624,15</b>	<b>417.767.129,30</b>	<b>-296.267.913,00</b>	<b>97%</b>

Como se pode verificar no quadro acima, no período findo em 31 de dezembro de 2023, os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas relativamente ao balanço individual do Município, que representa cerca de 97% do Ativo consolidado.

Nos Ativos Fixos Tangíveis, as outras entidades (entidades do perímetro de consolidação) com um valor de 230,7 milhões de euros, inclui-se um valor de 156,6 milhões de euros (67,9%) relativo ao grupo Carris.

(unidade: Euro)

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>	<b>2023</b>
Impostos, contribuições e taxas	659.099.643,58	659.143.409,48		-43.765,90	100%
Vendas, Prestações de serviços e concessões	347.461.767,41	126.378.757,12	308.814.341,10	-87.731.330,81	36%
Transferências e subsídios correntes obtidos	82.893.695,61	81.134.603,60	94.632.049,90	-92.872.957,89	98%
Trabalhos para a própria entidade	84.014.281,39		316.950,16	83.697.331,23	-
Fornecimentos e serviços externos	-369.418.741,43	-178.586.563,90	-193.055.275,03	2.223.097,50	48%
Gastos com pessoal	-445.112.400,19	-295.439.773,83	-149.904.185,38	231.559,02	66%
Transferências e subsídios concedidos	-192.966.965,74	-298.896.883,98		105.929.918,24	155%
Outros	-38.540.423,32	-3.171.705,77	-18.263.113,90	-17.105.603,65	8%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>127.430.857,31</b>	<b>90.561.842,72</b>	<b>42.540.766,85</b>	<b>-5.671.752,26</b>	<b>71%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-131.931.045,61	-102.386.902,73	-29.544.142,88		78%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-4.500.188,30</b>	<b>-11.825.060,01</b>	<b>12.996.623,97</b>	<b>-5.671.752,26</b>	<b>263%</b>
Outros	-6.913.164,47	-6.769.146,64	424.182,51	-568.200,34	98%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-11.413.352,77</b>	<b>-18.594.206,65</b>	<b>13.420.806,48</b>	<b>-6.239.952,60</b>	<b>163%</b>
Imposto sobre o rendimento	-2.541.329,82		-2.541.329,82		-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-13.954.682,59</b>	<b>-18.594.206,65</b>	<b>10.879.476,66</b>	<b>-6.239.952,60</b>	<b>133%</b>

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município mantêm o seu peso, comparativamente com os rendimentos e gastos consolidados.

## 5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

## 1 BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Lisboa

Balanço Consolidado - 31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	NOTAS	Consolidado do Município de Lisboa			Varição
		2023	2022 reexpresso	2022	2023-2022
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	5	3.566.809.310,00	3.444.940.459,51	3.165.539.966,47	121.868.850,49
Propriedades de investimento	8	9.312.721,91	9.870.979,41	9.870.979,41	-558.257,50
Ativos intangíveis	3	3.768.682,38	3.506.026,32	3.506.026,32	262.656,06
Ativos biológicos					
Participações financeiras	18.1	70.171.532,68	68.693.353,79	68.693.353,79	1.478.178,89
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Clientes, contribuintes e utentes		1.655.501,25	117.510,09	117.510,09	1.537.991,16
Acionistas/sócios/associados					
Diferimentos	18.1	1.683.788,84	1.219.909,77	1.219.909,77	463.879,07
Outros ativos financeiros		1.825.624,01	1.853.151,13	1.853.151,13	-27.527,12
Ativos por impostos diferidos	18.1	763.698,49	1.049.854,24	1.049.854,24	-286.155,75
Outras contas a receber	18.1	37.149.434,75	33.732.998,82	33.732.998,82	3.416.435,93
		<b>3.693.140.294,31</b>	<b>3.564.984.243,08</b>	<b>3.285.583.750,04</b>	<b>128.156.051,23</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários	10	7.599.882,66	7.089.545,10	7.089.545,10	510.337,56
Ativos biológicos					
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	5.098.154,35	5.330.959,28	5.330.959,28	-232.804,93
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	12.020.225,07	13.176.582,68	13.176.582,68	-1.156.357,61
Estado e outros entes públicos		9.122.014,05	8.419.441,05	8.419.441,05	702.573,00
Acionistas/sócios/associados					
Outras contas a receber	18.1	223.535.522,88	218.407.671,62	218.407.671,62	5.127.851,26
Diferimentos		6.201.672,71	5.621.859,85	5.621.859,85	579.812,86
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros					
Ativos não correntes detidos para venda					
Caixa e depósitos	1	140.743.074,42	210.784.002,33	210.784.002,33	-70.040.927,91
		<b>404.320.546,14</b>	<b>468.830.061,91</b>	<b>468.830.061,91</b>	<b>-64.509.515,77</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>4.097.460.840,45</b>	<b>4.033.814.304,99</b>	<b>3.754.413.811,95</b>	<b>63.646.535,46</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital		2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	-
Ações (quotas) próprias		-4,00	-4,00	-4,00	-
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas		106.443.841,15	96.339.518,26	96.339.518,26	10.104.322,89
Resultados transitados		582.969.494,48	499.795.496,65	175.857.550,13	83.173.997,83
Ajustamentos em ativos financeiros		1.719.336,32	-11.254.649,08	-11.254.649,08	12.973.985,40
Excedentes de revalorização		40.827.051,32	40.955.330,04	68.729.547,71	-128.278,72
Outras variações no Património Líquido	14	448.905.381,87	461.949.389,33	461.654.378,21	-13.044.007,46
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-13.954.682,59</b>	<b>86.593.911,59</b>	<b>103.652.158,52</b>	<b>-100.548.594,18</b>
Dividendos antecipados					
Interesses que não controlam					
<b>Total Património Líquido</b>		<b>3.244.482.055,25</b>	<b>3.251.950.629,49</b>	<b>2.972.550.136,45</b>	<b>-7.468.574,24</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	15	161.153.998,18	155.778.448,78	155.778.448,78	5.375.549,40
Financiamentos obtidos	7/18.2	267.231.511,16	258.420.255,21	258.420.255,21	8.811.255,95
Fornecedores de investimentos					
Fornecedores					
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	24.2	24.215.031,53	18.803.084,38	18.803.084,38	5.411.947,15
Diferimentos		77.762.557,27	77.204.169,86	77.204.169,86	558.387,41
Passivos por impostos diferidos	18.2/24.1	13.151.548,57	13.280.972,01	13.280.972,01	-129.423,44
Outras contas a pagar		61.760.046,76	27.889.361,72	27.889.361,72	33.870.685,04
		<b>605.274.693,47</b>	<b>551.376.291,96</b>	<b>551.376.291,96</b>	<b>53.898.401,51</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	69.814,86	50.000,00	50.000,00	19.814,86
Fornecedores	18.2	37.899.178,74	15.888.409,84	15.888.409,84	22.010.768,90
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	190.209,20	1.442.466,38	1.442.466,38	-1.252.257,18
Estado e outros entes públicos	25	8.453.389,12	7.448.628,40	7.448.628,40	1.004.760,72
Acionistas/sócios/associados					
Financiamentos obtidos	7/18.2	28.906.168,00	30.121.042,21	30.121.042,21	-1.214.874,21
Fornecedores de investimentos	18.2	2.283.728,02	4.455.570,63	4.455.570,63	-2.171.842,61
Outras contas a pagar	18.2/24.1	119.788.135,89	138.512.004,65	138.512.004,65	-18.723.868,76
Diferimentos	24.2	50.113.467,90	32.569.261,43	32.569.261,43	17.544.206,47
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
		<b>247.704.091,73</b>	<b>230.487.383,54</b>	<b>230.487.383,54</b>	<b>17.216.708,19</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>852.978.785,20</b>	<b>781.863.675,50</b>	<b>781.863.675,50</b>	<b>71.115.109,70</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>4.097.460.840,45</b>	<b>4.033.814.304,99</b>	<b>3.754.413.811,95</b>	<b>63.646.535,46</b>

## 2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Resultados Consolidada - 31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidado do Município de Lisboa			Varição
		2023	2022 reexpresso	2022	2023-2022
Impostos, contribuições e taxas	14.1	659.099.643,58	618.161.331,11	618.161.331,11	40.938.312,47
Vendas	13.1	7.324.515,99	11.679.338,47	7.037.418,85	-4.354.822,48
Prestações de serviços e concessões	13.1	340.137.251,42	303.422.545,30	303.422.545,30	36.714.706,12
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.1	82.893.695,61	89.190.485,83	93.832.405,45	-6.296.790,22
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		770.258,96	508.557,65	508.557,65	261.701,31
Variações nos inventários da produção		-51.339,53	8.793,62	8.793,62	-60.133,15
Trabalhos para a própria entidade		84.014.281,39	72.142.540,14	72.142.540,14	11.871.741,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-29.480.416,56	-30.056.700,91	-30.056.700,91	576.284,35
Fornecimentos e serviços externos	26	-369.418.741,43	-315.112.538,67	-315.112.538,67	-54.306.202,76
Gastos com pessoal	19.1	-445.112.400,19	-401.184.650,79	-401.184.650,79	-43.927.749,40
Transferências e subsídios concedidos		-192.966.965,74	-178.524.734,71	-178.524.734,71	-14.442.231,03
Prestações sociais					
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-76.063,78			-76.063,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.638.380,69	1.495.585,47	1.495.585,47	1.142.795,22
Provisões (aumentos/reduções)	15	-6.147.859,64	48.817.450,29	48.817.450,29	-54.965.309,93
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		15.619,55	-30.304,41	-30.304,41	45.923,96
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos		43.945.116,23	43.160.553,15	43.160.553,15	784.563,08
Outros gastos		-50.154.119,24	-51.290.834,68	-51.290.834,68	1.136.715,44
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>127.430.857,31</b>	<b>212.387.416,86</b>	<b>212.387.416,86</b>	<b>-84.956.559,55</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-131.931.045,61	-124.184.642,39	-107.126.395,46	-7.746.403,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-4.500.188,30</b>	<b>88.202.774,47</b>	<b>105.261.021,40</b>	<b>-92.702.962,77</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.1	3.078.543,67	1.976.655,76	1.976.655,76	1.101.887,91
Juros e gastos similares suportados		-9.991.708,14	-3.460.458,93	-3.460.458,93	-6.531.249,21
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-11.413.352,77</b>	<b>86.718.971,30</b>	<b>103.777.218,23</b>	<b>-98.132.324,07</b>
Imposto sobre o rendimento		-2.541.329,82	-125.059,71	-125.059,71	-2.416.270,11
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-13.954.682,59</b>	<b>86.593.911,59</b>	<b>103.652.158,52</b>	<b>-100.548.594,18</b>

## 3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 01-01-2023 a 31-12-2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de clientes		294.835.806,02	260.391.630,10
Recebimentos de contribuintes		628.089.168,42	599.381.375,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		92.535.542,29	94.317.910,95
Recebimentos de utentes		11.969.596,61	8.476.172,08
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos a fornecedores		-419.856.891,24	-372.475.299,78
Pagamentos ao pessoal		-426.950.696,96	-391.965.008,16
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-193.166.869,47	-182.311.054,22
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-12.544.344,33	15.815.726,71
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		730.126,34	-7.155.742,23
Outros recebimentos/pagamentos		57.317.334,11	62.230.861,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		45.503.116,12	70.890.845,48
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-165.857.656,96	-155.712.025,26
Pagamentos - Ativos intangíveis		-1.975.447,66	-1.252.082,87
Pagamentos - Propriedades de investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros		-20.538,25	-57.471,60
Pagamentos - Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		3.640.910,89	8.635.653,76
Recebimentos - Ativos intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		11.146.263,77	8.981.881,34
Recebimentos - Investimentos financeiros		42.211,12	110.154,68
Recebimentos - Outros ativos		5.954.925,28	3.410.984,86
Recebimentos - Subsídios ao investimento		29.856.085,97	42.921.289,37
Recebimentos - Transferências de capital			
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		890.856,67	40.720,30
Recebimentos - Dividendos		1.846.636,55	1.241.962,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-114.475.752,62	-91.678.932,48
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		44.373.519,06	63.776.316,00
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos			
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		568.200,34	140.638,92
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-37.462.987,81	-52.125.673,45
Pagamentos - Juros e gastos similares		-8.547.023,00	-2.661.340,88
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1.068.291,41	9.129.940,59
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-70.040.927,91</b>	<b>-11.658.146,41</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>210.784.002,33</b>	<b>222.442.148,74</b>
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1</b>	<b>140.743.074,42</b>	<b>210.784.002,33</b>
<b>Conciliação entre Caixa e seus Equivalentes e Saldo de Gerência</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>210.784.002,33</b>	<b>222.442.148,74</b>
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		210.784.002,33	222.442.148,74
De execução orçamental		191.672.866,38	204.253.685,18
De operações de tesouraria		19.111.135,95	18.188.463,56
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1</b>	<b>140.743.074,42</b>	<b>210.784.002,33</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		140.743.074,42	210.784.002,33
De execução orçamental		120.150.148,03	191.672.866,38
De operações de tesouraria		20.592.926,69	19.111.135,95

## 4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - 31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
<b>Posição no início do Período</b> (1)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.339.518,26	175.857.550,13	-11.254.649,08	68.729.547,71	461.654.378,21	103.652.158,52	2.972.550.136,45	0,00	2.972.550.136,45
<b>Alterações no Período</b>														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Correção de erros materiais														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										5.467.884,00		5.467.884,00		5.467.884,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						10.097.878,44	407.111.944,35	12.973.985,40	-27.902.496,39	-18.216.880,34	-103.645.714,07	280.418.717,39	-	280.418.717,39
<b>Resultado Líquido do Período</b> (2)		-	-	-	-	10.097.878,44	407.111.944,35	12.973.985,40	-27.902.496,39	-12.748.996,34	-103.645.714,07	285.886.601,39	-	285.886.601,39
<b>Resultado Integral</b> (3)	(4)=(2)+(3)													
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>														
Subscrições de capital / património														
Subscrições de prémios de emissão														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações						6.444,45						-6.444,45		
<b>Posição no fim do Período</b> (5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	2.077.571.636,70	-4,00	-	-	106.443.841,15	582.969.494,48	1.719.336,32	40.827.051,32	448.905.381,87	-13.954.682,59	3.244.482.055,25	-	3.244.482.055,25



## 5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 1. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

#### 1.1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Quadro 1.1 Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	% Controlo		Consolidação		Obs.
				Direto	Indireto	Orçamental	Financeira	
Município de Lisboa	Praça do Município - Paços do Concelho 1100-365 Lisboa	Administração Local				x	x	a)
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1.ª de Maio, nº. 103 - 1300-472 Lisboa	Serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa	78.674.000,00	100%				b)
EGEAC - Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A.	Av. Eng. Duarte Pacheco 26, 1070-111 Lisboa	Serviço público na área da cultura na cidade de Lisboa	448.918,11	100%			x	b)
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres, 198/200 - 1769-032 Lisboa	Serviço público na área da mobilidade urbana na cidade de Lisboa	32.000.000,00	100%			x	b)
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Laura Alves 12 7, 1050-138 Lisboa	Administração de imóveis por conta da cidade de Lisboa	1.300.000,00	100%		x	x	b)
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, n.º 31 - 1100-365 Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.	2.000.000,00	100%		x	x	b)

a) Entidade - mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no nº 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Lisboa

#### C) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os depósitos consignados são valores destinados especificamente aos pagamentos no âmbito do Programa LX-XXI/Empréstimo BEI.

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

#### D) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

1.1 - Desagregação de caixa e depósitos - Consolidado - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Conta	2023	2022
Caixa	1.592.618,39	1.260.840,13
Depósitos à ordem	<b>118.466.166,16</b>	<b>175.945.688,13</b>
Depósitos à ordem no Tesouro	9.566.229,82	37.156.030,90
Depósitos bancários à ordem	108.899.936,34	138.789.657,23
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	457.202,17	22.947.021,33
Depósitos de garantias e cauções:	20.227.087,70	10.630.452,74
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>140.743.074,42</b>	<b>210.784.002,33</b>

O saldo de caixa e seus equivalentes apresentado no balanço consolidado, evidenciado no quadro acima, no valor de 140,7 milhões de euros, não se encontra coincidente com o saldo exibido na Demonstração de Desempenho Orçamental da página 64, devido a este refletir apenas, os valores consolidados relativos ao Município de Lisboa, Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

#### **Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

#### **Consistência de Apresentação**

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

## Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

## Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Lisboa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 11 de abril de 2024, data em que foram objeto de aprovação pelo Órgão Executivo. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

### **a) Ativos intangíveis**

#### **Mensuração inicial:**

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

#### **Vida útil:**

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é amortizado ao longo da sua vida útil. Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

**Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

**Desreconhecimento**

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

**b) Ativos fixos tangíveis****Mensuração inicial:**

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

**Mensuração subsequente:**

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

**Custos subsequentes:**

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

**Vida útil:**

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Quando não existe valor a atribuir a cada componente, é aplicado 75% e 25% do valor, a edifícios e terrenos, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas, estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2, para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2020. Para as aquisições anteriores a esta data manteve-se o CIBE. Quanto aos bens imóveis, independentemente da data da sua aquisição houve lugar a uma correção para que as depreciações acumuladas ficassem equivalentes às apuradas com as vidas úteis apresentadas no CC2.

No caso dos edifícios construídos em betão, após avaliação técnica interna, foi definida uma vida útil de 100 anos, assente na experiência e conhecimento do Município e na avaliação dos materiais utilizados.

No caso dos bens de domínio público existentes até 31.12.2019, o tratamento também se afastou do preconizado pelo CC2, tendo sido atribuída metade da vida útil definida em CC2, com efeitos partir de 1 de janeiro de 2020, com exceção dos bens relativos ao saneamento básico, aos quais foi atribuída a vida útil de 40 anos baseado numa avaliação técnica efetuada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), com efeitos a 01.01.2023.

**Método de depreciação:**

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

**Valor residual:**

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no período corrente ou em períodos futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

**Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

**Desreconhecimento**

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou

- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens;
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

#### **c) Propriedades de Investimento**

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

#### **d) Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.



**e) Instrumentos Financeiros****Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o Município de Lisboa se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

**Mensuração subsequente****Ativos e passivos financeiros**

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito).

Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), exceto no caso dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;
- Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
- For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento

### **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

### **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

### **Imparidade**

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e

- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

### **Reversão**

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subseqüentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

### **f) Transferências e subsídios**

#### **Reconhecimento**

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

### **g) Provisões e Passivos Contingentes**

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o Município determina o “valor esperado” que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

#### ***h) Ativos Contingentes***

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o Município reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o Município determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

***i) Rendimento – Transações com contraprestação***

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

**a. Prestações de serviços**

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento– método da percentagem de acabamento.

**b. Vendas de bens**

O Município de Lisboa reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

**c. Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição.

**d. Juros**

Os juros são reconhecidos em função do tempo.

***j) Benefícios dos empregados***

As entidades do perímetro de consolidação reconhecem um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios

aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

O Município tem valores a pagar em pensões e a trabalhadores em situação de acidentes de trabalho, sendo que o cálculo das responsabilidades para o futuro assenta num estudo atuarial contratado anualmente a uma empresa especializada.

#### **k) Acontecimentos após a data de balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### **l) Partes Relacionadas**

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

#### **m) Entidades Controladas ou objeto de influência significativa**

O Município de Lisboa aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e, entidades participadas onde a participação do Município é igual ou superior a 20%.

#### **n) Especialização de exercícios**

O Grupo municipal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

#### **o) Permutas**

São reconhecidas as contrapartidas em numerário que sejam devidas no ativo, e a entrega de bens por parte do Município, assim como de bens recebidos da contraparte são registados na mesma conta de acordo com a sua natureza devedora ou credora.

As permutas são registadas pelo valor total do bem de investimento a entregar e pelo valor total do bem de investimento a receber, sendo apenas considerada execução de despesa / receita orçamental quando há fluxos monetários. Isto é, apenas os montantes provenientes das diferenças de valor dos bens a permutar são orçamentados.

#### **p) Dações em pagamento**

A dação em pagamento é a entrega de um bem pelo devedor, para pagamento de uma dívida ou obrigação já existente.

Neste caso não se trata de permuta, assim os valores são todos orçamentados (quer o valor da dívida já existente, quer o valor da entrega/recebimento do bem).

### **2.3 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos, que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos correntes;
- d) Estimativa de férias e subsídio de férias, associados aos empregados;
- j) Estimativa de fornecimentos e serviços externos;
- o) Outros gastos com o pessoal;

n) Especialização de exercícios;

f) Provisões.

## 2.8 REEXPRESSÃO DAS CONTAS DE 2022

Município		(unidade: Euro)	
Tipo de registos	Balanço	Demonstração Resultados	
Valorização do Saneamento	276.284.818,00	16.801.301,20	
Valorização ao VPT	36.756.884,31	103.814,91	
Auto entrega de Bens - SRU	13.001.399,39	153.130,82	
Regularização de Depreciações Extraordinárias - Saneamento	-29.584.361,73		
<b>Sub-Total</b>	<b>296.458.739,97</b>	<b>17.058.246,93</b>	
Carris			
Tipo de registos	Balanço	Demonstração Resultados	
Vendas e serviços prestados		4.641.919,62	
Subsídios à exploração		-4.641.919,62	
Resultados Transitados	27.479.206,55		
Excedentes de revalorização	-27.774.217,67		
Ajustamentos Outras Variações Património Líquido	295.011,12		
<b>Sub-Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>	<b>296.458.740</b>	<b>17.058.247</b>	

A Reexpressão retrospectiva, trata a correção do reconhecimento, mensuração e divulgação de quantias de elementos das demonstrações financeiras, de períodos anteriores.

Tendo em conta a materialidade, das regularizações efetuadas e que respeitam a ocorrências passadas, apresentam-se as Demonstrações Financeiras reexpressas de 2022, que refletem o impacto das situações abaixo descritas:

- Em 2023, de acordo com a proposta nº 42/2023, foi concluído o levantamento cadastral da rede de saneamento com o apoio técnico do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no âmbito do projeto mais alargado de implementação de um sistema de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) obrigatório nas entidades gestoras que sirvam mais de 30.000 habitantes, de acordo com o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Do levantamento efetuado apurou-se um conjunto de infraestruturas que não se encontravam refletidas nas contas do Município. A correção teve um impacto nos valores patrimoniais líquidos dos ativos, de 246,7 milhões de euros;



- Decorrente da atualização do inventário dos bens do Município constante e permanente, no período em análise, foram efetuadas inventariações de bens em utilização, no valor de 36,8 milhões de euros;
- Apenas em 2023, foi possível efetuar a regularização dos registos de Ativos Fixos Tangíveis, provenientes da empresa municipal, Lisboa Ocidental, SRU, no montante de 13,0 milhões de euros. A transferência dos bens efetuou-se através de um Auto de Entrega de bens;
- Caso as situações atrás referidas tivessem sido refletidas em Demonstrações financeiras anteriores, o impacto das depreciações desse período seriam 17,1 milhões de euros;
- A Carris alterou em 2023, o método de contabilização de algumas compensações devidas pela prática de tarifários bonificados, que passaram a ser incluídas em “Vendas e serviços prestados”. As demonstrações financeiras com referência a 2022, foram reexpressas no que respeita às rubricas de “Vendas e Serviços Prestados” e “Subsídios à Exploração”, de forma a garantir-se a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2023;
- Também as rubricas de “Resultados Transitados” e “Excedentes de Revalorização” foram reexpressas em 2022, de forma refletirem a transferência para “Resultados Transitados” dos excedentes de revalorização realizados, operação que não foi assegurada no âmbito do encerramento de contas de 2022. Pretende-se, desta forma, garantir a comparabilidade com os valores reais de 2023 que incluem e refletem esta transferência.

### 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

##### a) *Quantia de escriturada no início e final do período*

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Município de Lisboa  
3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023 (unidade: Euro)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
<b>Ativos intangíveis</b>								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	33.325.530,31	-30.441.288,30		2.884.242,01	34.214.748,92	-31.908.992,97		2.305.755,95
Propriedade industrial e intelectual	474,48	-474,48		-	474,48	-474,48		
Outros	323.867,44	-671.738,45		-347.871,01	323.867,44	-691.726,45		-367.859,01
Ativos intangíveis em curso	969.655,32	-		969.655,32	1.830.785,44	-		1.830.785,44
<b>Total</b>	<b>34.619.527,55</b>	<b>-31.113.501,23</b>		<b>3.506.026,32</b>	<b>36.369.876,28</b>	<b>-32.601.193,90</b>		<b>3.768.682,38</b>

**d) Gastos/reversões de depreciação e amortização**

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

**e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

3.2 - Ativos Intangíveis – Quantia escritura e variações do período - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações								Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)	
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	1.884.842,01	457.382,61	431.836,05				-1.467.704,72			1.306.355,95
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	651.528,99						-19.988,00			631.540,99
Ativos intangíveis em curso	969.655,32	869.906,17	-8.776,05							1.830.785,44
<b>Total</b>	<b>3.506.026,32</b>	<b>1.327.288,78</b>	<b>423.060,00</b>				<b>-1.487.692,72</b>			<b>3.768.682,38</b>

**i) Ativos intangíveis – Adições**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Município de Lisboa

3.2 A - Ativos Intangíveis – Desagregação das Adições - Consolidado - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Adições									
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (5)	Doação em Pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)	Total (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		457.382,61								457.382,61
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		869.906,17								869.906,17
<b>Total</b>		<b>1.327.288,78</b>								<b>1.327.288,78</b>

**ii) Ativos intangíveis – Diminuições**

No ano de 2023 não se verificaram diminuições nos ativos intangíveis.

**4. ACORDO DE CONCESSÃO COM EDP/E-REDES****a) Descrição do Acordo**

A CML - Câmara Municipal de Lisboa, através de um contrato datado de 1997, concedeu à LTE - Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Lisboa.

A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

Esta concessão implica a transferência para a LTE, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Em abril de 2009, foi assinada uma modificação ao contrato de concessão, passando a entidade EDP - EDP Distribuição e Energia, mantendo-se o objeto do contrato anteriormente referido.

Em novembro de 2012, foi assinado um protocolo entre as 2 entidades, de forma a definir responsabilidades entre os outorgantes, relativamente à Iluminação Pública. Atualmente a entidade concessionária é a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.

#### **b) Aspetos principais do Acordo**

A data de início da concessão é o dia 1 de outubro de 1997.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no número 2º do artigo terceiro e no artigo 4º dos decretos-leis referidos anteriormente.

A transferência do património próprio da LTE para a Câmara nos termos da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º dos decretos-lei, a que se referem os números anteriores. É propriedade da LTE, o património abrangido pela concessão.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Lisboa, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Apesar de estar definido que a E-REDES disponibilize a cada concedente, a lista de obras de investimento realizadas no ano anterior; o valor total do investimento realizado na rede da concessão no ano anterior e o valor contabilístico dos ativos específicos da concessão, a informação obtida não permite que o Município de Lisboa detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela concessão e respetivas vidas úteis. Apenas dessa forma, o Município é capaz de efetuar o adequado reconhecimento dos ativos da concessão e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

A informação rececionada não permite efetuar/integrar no nosso cadastro, os dados para efeitos de apresentação ao abrigo da NCP 5.

Pela informação disponibilizada pela E-REDES, com base no período de 2022, o impacto líquido no passivo do Município rondará os 56,1 milhões de euros.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Município de Lisboa

5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantidade Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	78.109.504,55	-	-	78.109.504,55	78.100.490,95	-	-	78.100.490,95
Edifícios e outras construções	16.130.180,99	-3.088.575,20	-	13.041.605,79	17.172.064,08	-3.371.681,42	-	13.800.382,66
Infraestruturas	843.008.971,93	-500.472.846,91	-	342.536.125,02	1.154.996.555,14	-603.164.225,04	-	551.832.330,10
Património histórico, artístico e cultural	18.298.998,02	-1.244.236,03	-	17.054.761,99	20.232.870,78	-1.309.861,43	-	18.923.009,35
Outros	660.583,76	-66.058,38	-	594.525,38	660.583,76	-132.116,76	-	528.467,00
Bens de domínio público em curso	148.158.941,44	-	-	148.158.941,44	174.521.518,59	-	-	174.521.518,59
	1.104.367.180,69	-504.871.716,52	-	599.495.464,17	1.445.684.083,30	-607.977.884,65	-	837.706.198,65
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	723.530.343,46	-	-	723.530.343,46	735.786.051,95	-	-	735.786.051,95
Edifícios e outras construções	1.678.273.807,06	-402.897.595,36	-	1.275.376.211,70	1.748.528.554,63	-432.081.530,92	-	1.316.447.023,71
Equipamento básico	350.199.804,41	-271.021.009,74	-	79.178.794,67	398.893.029,41	-287.007.989,60	-	111.885.039,81
Equipamento de transporte	65.327.365,93	-41.516.181,90	-	23.811.184,03	79.318.706,91	-48.000.187,38	-	31.318.519,53
Equipamento administrativo	71.588.782,72	-63.755.733,51	-	7.833.049,21	72.930.728,80	-66.743.694,05	-	6.187.034,75
Equipamentos biológicos	41.870,10	-9.144,13	-	32.725,97	43.666,80	-15.447,82	-	28.218,98
Outros	265.397.647,67	-254.679.007,67	-	10.718.640,00	271.848.964,81	-258.352.700,03	-	13.496.264,78
Ativos fixos tangíveis em curso	445.563.553,26	-	-	445.563.553,26	513.954.957,84	-	-	513.954.957,84
	3.599.923.174,61	-1.033.878.672,31	-	2.566.044.502,30	3.821.304.661,15	-1.092.201.549,80	-	2.729.103.111,35
<b>Total</b>	<b>4.704.290.355,30</b>	<b>-1.538.750.388,83</b>	<b>-</b>	<b>3.165.539.966,47</b>	<b>5.266.988.744,45</b>	<b>-1.700.179.434,45</b>	<b>-</b>	<b>3.566.809.310,00</b>

**b) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

5.2 - Ativos Fixos Tangíveis – Quantia escriturada e movimentos acumulados - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações no período							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)	
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)		Diminuições (9)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	78.109.504,55	21.327,40	-30.341,00							78.100.490,95
Edifícios e outras construções	13.041.605,79		1.041.883,09				-283.106,22			13.800.382,66
Infraestruturas	342.536.125,02	287.400.751,60	24.636.662,10				-102.691.378,13	-49.830,49		551.832.330,10
Património histórico, artístico e cultural	17.054.761,99	1.879.171,16	55.554,60				-65.625,40	-853,00		18.923.009,35
Outros	594.525,38						-66.058,38			528.467,00
Bens de domínio público em curso	148.158.941,44	56.821.038,35	-22.280.908,17					-8.177.553,03		174.521.518,59
	599.495.464,17	346.122.288,51	3.422.850,62				-103.106.168,13	-8.228.236,52		837.706.198,65
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	723.530.343,46	21.909.056,82	-136.909,00	1.300,00					-9.517.739,33	735.786.051,95
Edifícios e outras construções	1.275.374.343,88	37.470.923,80	38.327.373,99	1.200.783,58			-29.183.935,33	-6.744.334,03	-6.744.334,03	1.316.445.155,89
Equipamento básico	79.180.655,34	52.978.914,45	1.473.691,67	-184.738,71			-16.511.640,84	-5.049.981,43		111.886.900,48
Equipamento de transporte	23.811.184,03	14.328.342,87					-6.484.005,29	-337.002,08		31.318.519,53
Equipamento administrativo	7.833.049,60	1.667.456,76	121.784,55				-2.987.961,22	-447.294,55		6.187.035,14
Equipamentos biológicos	32.725,97	1.796,70					-6.303,69			28.218,98
Outros	10.718.646,69	6.234.173,98	304.772,95				-3.673.691,88	-87.630,27		13.496.271,47
Ativos fixos tangíveis em curso	445.563.553,33	136.883.570,76	-43.204.181,47	420.000,00				-25.707.984,71		513.954.957,91
	2.566.044.502,30	271.474.236,14	-3.113.467,31	1.437.344,87			-58.847.538,25	-47.891.966,40		2.729.103.111,35
<b>Total</b>	<b>3.165.539.966,47</b>	<b>617.596.524,65</b>	<b>309.383,31</b>	<b>1.437.344,87</b>			<b>-161.953.706,38</b>	<b>-56.120.202,92</b>		<b>3.566.809.310,00</b>

Na quantia escriturada, importa salientar que ocorreram adições no valor de 617,6 milhões de euros, onde se destaca, a rubrica de infraestruturas, no valor de 287,4 milhões de euros.

**i) Ativos fixos tangíveis – Adições**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Município de Lisboa

5.2.A - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Adições - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total (11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Expropriação (5)	Doação, Herança, Legado ou Perda a Favor do Estado (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão, Reestruturação (9)	Outras (10)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais		20.002,40				1.325,00					21.327,40
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		11.115.933,60								276.284.818,00	287.400.751,60
Património histórico, artístico e cultural		343.398,16				1.535.773,00					1.879.171,16
Outros											
Bens de domínio público em curso		56.821.038,35									56.821.038,35
		68.300.372,51				1.537.098,00				276.284.818,00	346.122.288,51
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais		1.849.620,00		108.130,81	2.655.411,62					17.295.894,39	21.909.056,82
Edifícios e outras construções		17.474.265,52		212.162,88	2.638.300,84					17.146.194,56	37.470.923,80
Equipamento básico		52.978.914,45									52.978.914,45
Equipamento de transporte		14.328.342,87									14.328.342,87
Equipamento administrativo		1.667.456,76									1.667.456,76
Equipamentos biológicos		1.796,70									1.796,70
Outros		6.233.076,73				1.097,25					6.234.173,98
Ativos fixos tangíveis em curso		119.943.403,85		16.940.166,91							136.883.570,76
		214.476.876,88		17.260.460,60	5.293.712,46	1.097,25				34.442.088,95	271.474.236,14
<b>Total</b>		<b>282.777.249,39</b>		<b>17.260.460,60</b>	<b>5.293.712,46</b>	<b>1.538.195,25</b>				<b>310.726.906,95</b>	<b>617.596.524,65</b>

Nas adições dos AFT destacam-se o registo de faturas relativas a empreitadas na rubrica de investimentos em curso. Salienta-se ainda que o valor de 276,3 milhões de euros referente à rubrica infraestruturas e o valor de 53,0 milhões de euros na rubrica básico está incluído o valor de 47,5

milhões euros referentes à aquisição de novos elétricos e autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos ao serviço público.

## ii. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes diminuições

Município de Lisboa

5.2 B - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Diminuições - Consolidadas - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferência ou Troca (2)	Devolução ou Reversão (3)	Fusão, Cisão, Reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-49.830,49	-49.830,49
Património histórico, artístico e cultural					-853,00	-853,00
Outros						
Bens de domínio público em curso					-8.177.553,03	-8.177.553,03
					-8.228.236,52	-8.228.236,52
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-2.273.393,29	-7.167.091,35			-77.254,69	-9.517.739,33
Edifícios e outras construções	-2.349.661,80	-289.742,17			-4.104.930,06	-6.744.334,03
Equipamento básico	-161.505,14				-4.888.476,29	-5.049.981,43
Equipamento de transporte	-33.294,62				-303.707,46	-337.002,08
Equipamento administrativo	-18.085,06				-429.209,49	-447.294,55
Equipamentos biológicos						
Outros					-87.630,27	-87.630,27
Ativos fixos tangíveis em curso		-13.546.108,84			-12.161.875,87	-25.707.984,71
	-4.835.939,91	-21.002.942,36			-22.053.084,13	-47.891.966,40
<b>Total</b>	<b>-4.835.939,91</b>	<b>-21.002.942,36</b>			<b>-30.281.320,65</b>	<b>-56.120.202,92</b>

## 6. LOCAÇÕES

### 6.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, apresentam-se os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

Município de Lisboa

Quadro 6.1 - Locações financeiras - Consolidadas - Locatários - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
434 - Transportes	1.540.791,79	731.877,72	7.098,36	783.030,45	24.732,51	729.492,12	828.985,31	-	1.558.477,43		
<b>Total</b>	<b>1.540.791,79</b>	<b>731.877,72</b>	<b>7.098,36</b>	<b>783.030,45</b>	<b>24.732,51</b>	<b>729.492,12</b>	<b>828.985,31</b>	<b>-</b>	<b>1.558.477,43</b>		

### 6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, os bens em regime de locação operacional, como locatária, são os seguintes:

Município de Lisboa

Quadro 6.2 - Locações operacionais - Consolidadas - Locatário 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	1.121.160,23	23.536,31	-	302.012,32	-	23.836,31	94.145,24	677.630,05	795.611,60	-1.940.713,10
Edifícios	42.309.129,91	5.123.917,20	-	29.577.770,28	-	3.408.455,53	4.396.917,88	215.952,84	8.021.326,25	-161.772,32
Viaturas ligeiras	1.123.376,24	265.980,13	-	784.193,70	-	202.136,80	118.826,60	-	320.963,40	-40.630,59
Serviço de Impressão	112.515,48	36.925,50	-	71.305,23	-	38.084,82	3.125,43	-	41.210,25	-2.143.116,00
<b>Total</b>	<b>44.666.181,86</b>	<b>5.450.359,14</b>		<b>30.735.281,53</b>		<b>3.672.513,46</b>	<b>4.613.015,15</b>	<b>893.582,89</b>	<b>9.179.111,50</b>	

## 6.4. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Em 31 de dezembro de 2023, os bens em regime de locação operacional, como locador, são os seguintes:

Quadro 6.4 - Locações operacionais - Consolidadas - Locador 31 Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	104.465.147,85	3.347.592,88	-	40.453.406,69	-	13.816.472,37	13.455.748,68	33.391.927,23	60.664.148,28	-
Edifícios	89.977.848,04	4.710.842,73	-	33.508.052,07	-	10.782.147,09	13.395.697,04	27.581.109,11	51.758.953,24	-
<b>Total</b>	<b>194.442.995,89</b>	<b>8.058.435,61</b>		<b>73.961.458,76</b>		<b>24.598.619,46</b>	<b>26.851.445,72</b>	<b>60.973.036,34</b>	<b>112.423.101,52</b>	

## 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (por entidade credora e maturidade)

(unidade: Euro)

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato (1)	Capital		Taxa de juro (2)	Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado		Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização			
<b>Empréstimos de médio e longo prazo que atingiram a maturidade em 2023</b>															
CGD	1995 e 2003	1995 e 2003	26	23.444.557	20.701.059	4,38%	0,15%	20.065.389	2.107.957	22.173.345	635.671	922	636.593	-	635.671
<b>Total dos empréstimos amortizados em 2023</b>				<b>23.444.557</b>	<b>20.701.059</b>			<b>20.065.389</b>	<b>2.107.957</b>	<b>22.173.345</b>	<b>635.671</b>	<b>922</b>	<b>636.593</b>	-	<b>635.671</b>
<b>Empréstimos de médio e longo prazo que atinjam a maturidade em 2024</b>															
BPI	1999	1999	25	6.783.875	6.783.875	1,87%	0,80%	6.186.128	797.257	6.983.385	297.395	4.753	302.148	2.180	597.747
CGD	1995 e 2021	1995 e 2022	25	51.529.825	49.450.709	4,23%	0,33%	37.578.080	3.711.991	41.290.071	7.792.060	38.702	7.830.762	4.438	11.872.629
<b>Total dos empréstimos com maturidade em 2024</b>				<b>58.313.700</b>	<b>56.234.584</b>			<b>43.764.209</b>	<b>4.509.248</b>	<b>48.273.456</b>	<b>8.089.455</b>	<b>43.455</b>	<b>8.132.909</b>	<b>6.618</b>	<b>12.470.376</b>
<b>Empréstimos de médio e longo prazo com maturidades superiores a 1 ano</b>															
IHRU	2010	2010	30	57.530.761	57.530.761	1,26%	3,12%	3.466.265	3.471.029	6.937.298	706.375	1.685.972	2.392.347	129.283	54.064.492
CGD	entre 1995 e 2023	entre 1995 e 2023	25	80.085.529	77.119.945	3,69%	2,27%	53.823.702	7.696.315	61.520.017	2.731.167	236.877	2.968.044	161.627	10.422.724
BPI	entre 1998 e 2021	entre 1998 e 2021	22	95.098.500	85.304.009	1,49%	3,05%	27.459.022	5.659.691	33.118.712	6.027.325	1.761.910	7.789.235	795.798	57.844.987
BEI	entre 2017 e 2022	entre 2017 e 2022	20	233.250.000	143.250.000	0,64%	1,87%	12.906.839	678.867	13.585.707	6.214.869	2.010.756	8.225.625	688.063	107.543.161
CEB	2021	2021	10	18.000.000	18.000.000	0,07%	2,44%	-	-	-	1.938.889	439.108	2.377.996	196.788	18.000.000
BPI (EMEL)	11/05/2010	N/A	15	4.000.000	4.000.000	3,26%	6,18%	2.905.783	793.420	3.699.204	348.657	46.418	395.075	-	1.094.217
Turismo Portugal (Isticco-NB) (EMEL)	28/11/2012	N/A	10	2.500.000	1.250.000	1,30%	5,41%	220.588	48.960	269.548	-	33.954	33.954	-	1.029.412
BPI/MG (EGBALIS)	30/01/2015	n/suj	15	13.700.000	13.700.000	4,04%	5,18%	7.306.667	2.573.029	9.879.696	913.333	324.428	1.237.762	-	6.393.333
IHRU (SRU)	40/064	N/A	53327	16.100.000	16.100.000	0,67%	3,85%	375.000	1.241.855	1.616.855	250.000	568.200	818.200	-	15.725.000
<b>Total dos empréstimos com maturidades posteriores a 2024</b>				<b>520.174.790</b>	<b>416.254.714</b>			<b>108.463.870</b>	<b>22.163.166</b>	<b>130.627.036</b>	<b>19.130.615</b>	<b>7.107.623</b>	<b>26.238.238</b>	<b>1.971.558</b>	<b>272.117.325</b>
<b>Empréstimos a curto prazo</b>															
Santander (EGEAC) (a)	14/09/2015		1	3.000.000	1.500.000		1,50%						600.000		1.500.000
Novo Banco (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	-		1,50%						600.000		600.000
MillenniumBCP (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	-		1,50%						400.000		400.000
<b>Total</b>				<b>9.000.000</b>	<b>1.500.000</b>								<b>1.000.000</b>		<b>1.000.000</b>

Notas:

(1) Prazo médio considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora

(2) Taxa de juro média considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora

(a) Saldo referente à utilização de conta caucionada. Prazo com renovação automática anual.

O valor apresentado no Balanço nas rubricas financiamentos obtidos não correntes e correntes, inclui o montante relativo às locações financeiras, em detalhe na Nota 6.1 - Locações Financeira - Locatários

O custo dos empréstimos, não são capitalizados nos investimentos.

O valor apresentado no Balanço nas rubricas financiamentos obtidos não correntes e correntes, inclui o montante relativo às locações financeiras, em detalhe na Nota 6.1 - Locações Financeira - Locatários.

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os valores pagos ao Município se encontram equiparados aos valores de mercado.

Município de Lisboa

8.2 - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e movimentos acumulados (modelo do custo) - Consolidado - 31 de Dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações (modelo do custo)							Quantia Escriturada Final (9)	Gastos do período (10)	Rendimentos do período	
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Depreciações do período (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Diferenças cambiais (7)	Diminuições (8)			Rendas (11)	Outros (12)
<b>Propriedades de Investimento</b>												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	1.177.324,62	16.959,16	48.553,46	-				-	1.242.837,24			-
Edifícios e outras construções	8.693.654,79	113.370,00	-586.782,91	58.728,55				21.951,46	8.069.884,67		364.551,58	
Outras propriedades de investimento	-	-	-	-				-	-		-	
Propriedades de Investimento em curso	-	-	-	-				-	-		-	
<b>Total</b>	<b>9.870.979,41</b>	<b>130.329,16</b>	<b>-538.229,45</b>	<b>58.728,55</b>				<b>21.951,46</b>	<b>9.312.721,91</b>		<b>364.551,58</b>	

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se, no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os rendimentos do Município têm natureza económica.

## 10. INVENTÁRIOS

Quadro 10.1 - Inventários - Consolidado

(unidade: Euro)

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulado	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	388.726,93		388.726,93
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.296.411,28	110.340,98	7.186.070,30
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	25.085,43		25.085,43
<b>TOTAL</b>	<b>7.710.223,64</b>	<b>110.340,98</b>	<b>7.599.882,66</b>

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período - Consolidado

(unidade: Euro)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outras aumentos de inventários	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	(4)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	363.490,39	333.969,82	296.903,78				11.829,50	0,00	388.726,93
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.649.630,17	29.927.027,04	29.281.180,53		76.064,00	0,00	47.399,33	14.056,95	7.186.070,30
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	76.424,96			51.339,53					25.085,43
<b>TOTAL</b>	<b>7.089.545,52</b>	<b>30.260.996,86</b>	<b>29.578.084,31</b>	<b>51.339,53</b>	<b>76.064,00</b>		<b>59.228,83</b>	<b>14.056,95</b>	<b>7.599.882,66</b>

## 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

### a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDA DE BENS – O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do juro efetivo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido quando colocado à disposição.

#### b) *Quantia da cada categoria de Rendimentos*

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte decomposição:

##### 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação consolidado

Unidade: euro

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido 2023	Rendimento do período reconhecido 202
Prestação de serviços	340.137.251,42	303.422.545,30
Venda de bens	7.324.515,99	7.037.418,85
Juros	1.011.404,33	1.337,31
Royalties - sub conta da		
Dividendos ou distribuições similares	2.065.809,98	1.972.333,48
Outros	1.329,36	2.984,97
<b>Total</b>	<b>350.540.311,08</b>	<b>312.436.619,91</b>

## 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, têm a seguinte decomposição:

##### 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

(unidade: Euro)

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	247.324.199,12		-	-	
Impostos indiretos	298.585.508,66				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	101.083.763,50		4.492.787,15	5.532.974,56	
Multas e outras penalidades	12.106.172,30		243.465,42	421.641,84	
Transferências sem condição	75.170.064,00				
Transferências com condição	7.723.631,61	-9.321.224,46	5.330.959,28	5.098.154,35	7.204.291,26
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações	-	6.182.708,90			
Outros			8.557.840,20	7.721.109,92	
<b>Total</b>	<b>741.993.339,19</b>	<b>-3.138.515,56</b>	<b>18.625.052,05</b>	<b>18.773.880,67</b>	<b>7.204.291,26</b>

No quadro acima, os resultados totalizam  $\approx 742,0$  milhões de euros em que o Município apresenta  $\approx 740,3$  milhões de euros, quase 100% do valor consolidado.

A maior contribuição para este facto, corresponde aos impostos diretos e indiretos do Município com  $\approx 247,3$  milhões de euros e  $\approx 298,6$  milhões de euros respetivamente.

Nas quantias por receber que totalizam ≈ 18,8 milhões de euros no final do período, verifica-se a mesma situação em que o Município apresenta ≈15,2 milhões de euros, representando ≈ 81% do valor consolidado. Os valores no Município, em quantias por receber (≈5,3 milhões de euros) dizem respeito essencialmente a subsídios atribuídos ao Município e ainda não recebidos.

Os 6,2 milhões de euros, considerados em legados, ofertas e doações, são relativos a diversas doações e cedências gratuitas.

## 15. PROVISÕES

Quadro 15.1 - Provisões - consolidado

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) + (5)	(7)	(8)	(9)	
Impostos, contribuições e taxas	150.209,09									150.209,09
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	116.168.485,93	6.238.450,90	1.591.425,72		7.829.876,62	50.073,65	480.061,25	3.934.623,97	4.464.758,87	119.533.603,68
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.669.920,84						56.282,72		56.282,72	3.613.638,12
Matérias ambientais	2.000,00									2.000,00
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	35.787.832,92	4.401.456,72	876.132,90		5.277.589,62		2.187.429,67	1.023.445,58	3.210.875,25	37.854.547,29
<b>Total</b>	<b>155.778.448,78</b>	<b>10.639.907,62</b>	<b>2.467.558,62</b>		<b>13.107.466,24</b>	<b>50.073,65</b>	<b>2.723.773,64</b>	<b>4.958.069,55</b>	<b>7.731.916,84</b>	<b>161.153.998,18</b>

As provisões sofrem um acréscimo, face ao período transato de aproximadamente 5,4 milhões de euros, sendo de salientar os aumentos ocorridos nas contas do Município.

As provisões apresentaram, em termos gerais, um acréscimo, sendo que as provisões para processos judiciais conheceram um incremento em termos líquidos, de ≈3,4 milhões de euros face ao ano transato. Destaca-se neste agregado, o aumento de ≈2,4 milhões de euros, nas contas do Município, devido ao facto de o Departamento Jurídico do Município, ter reavaliado a posição dos diversos processos, tendo em conta as informações e o estado atual de cada um deles.

## 17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade.

A rubrica de depósito à ordem está mensurada pelo justo valor.

a) *Ativos Financeiros*

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Não corrente</b>		
Participações Financeiras	70.171.532,68	68.693.353,79
Clientes, contribuintes e utentes	1.655.501,25	117.510,09
Outros ativos financeiros	1.825.624,01	1.853.151,13
Outras contas a receber	37.149.434,75	33.732.998,82
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>110.802.092,69</b>	<b>104.397.013,83</b>
<b>Corrente</b>		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	5.098.154,35	5.330.959,28
Clientes, contribuintes e utentes	12.020.225,07	13.176.582,68
Outras contas a receber	45.578.077,43	40.656.639,63
Devedores por acréscimos de rendimentos	177.957.445,45	177.751.031,99
<b>Sub-Total corrente</b>	<b>240.653.902,30</b>	<b>236.915.213,58</b>
<b>Total</b>	<b>351.455.994,99</b>	<b>341.312.227,41</b>

## 18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2023 e 2022, os passivos Financeiros Consolidados, refletem os seguintes valores:

Quadro 18.2 - Passivos financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Não corrente</b>		
Empréstimos	266.402.525,85	256.861.777,78
Locações financeiras	828.985,31	1.558.477,43
Outras contas a pagar	61.760.046,76	27.889.361,72
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>328.991.557,92</b>	<b>286.309.616,93</b>
<b>Corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	69.814,86	50.000,00
Fornecedores	37.899.178,74	15.888.409,84
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	190.209,20	1.442.466,38
Empréstimos	28.138.624,04	29.361.593,86
Locações financeiras	767.543,96	759.448,35
Fornecedores de investimentos	2.283.728,02	4.455.570,63
Outras contas a pagar	8.464.408,08	53.164.303,08
Credores por acréscimos de gastos	111.323.727,81	85.347.701,57
<b>Sub-Total corrente</b>	<b>189.137.234,71</b>	<b>190.469.493,71</b>
<b>Total</b>	<b>518.128.792,63</b>	<b>476.779.110,64</b>

## 18.4. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS QUE NÃO SEJAM PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ENTIDADES CONTROLADAS, ASSOCIADAS OU ACORDOS CONJUNTOS

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

(Unidade: euro)

Rubricas	% Controlo	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
				Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital - ao custo												
Agência Promoção Baixa Chiado		39.903,83	39.903,83								39.903,83	-
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	16,54%	450.000,00	450.000,00									450.000,00
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	18,38%	20.866.618,00	20.866.618,00									20.866.618,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	3,03%	12.672.351,00	12.672.351,00									12.672.351,00
Lispolis - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa	7,50%	87.500,00	87.500,00									87.500,00
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	9,90%	2.970.272,55	2.970.272,55									2.970.272,55
Somagi - 1.932 ações		9.636,78	9.636,78									9.636,78
Publicarris	45,00%	-	-									-
<b>Total</b>		<b>37.096.282,16</b>	<b>37.096.282,16</b>								<b>39.903,83</b>	<b>37.056.378,33</b>

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

### 19. Gastos com Pessoal - Consolidado

(unidade: Euro)

Gastos com Pessoal	Consolidado	Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022
Rem Órg Sob. Autárquica / Órg. Sociais	2.018.288,29	1.952.736,83
Remuneração Pessoal	342.093.142,75	305.906.832,83
Encargos sobre remunerações	89.044.028,90	80.792.890,93
Seguros e Gastos referentes a Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.653.796,51	3.994.314,02
Despesas de saúde e Prestações Sociais	5.011.109,24	5.667.971,75
Outros	3.292.034,50	2.869.904,43
<b>Total</b>	<b>445.112.400,19</b>	<b>401.184.650,79</b>

Em todas as entidades consolidadas verifica-se um acréscimo dos Gastos com Pessoal, num total de 43,9 milhões de euros. De salientar, os aumentos nas remunerações no Município, pela entrada de novos elementos para os quadros do ML, assim como diversas requalificações verificadas. Na Carris, também se destacam diversas atualizações nas remunerações do pessoal, e também o pagamento do complemento remuneratório especial aquando das JMJ.

## 20. PARTES RELACIONADAS

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas e associadas

Designação	Sede	Controladas	Associadas	% Controlo	Investimento Financeiro a 01-01-2023	Método de Equivalência Patrimonial (MEP)	Investimento Financeiro a 31-12-2023
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1.º Maio, nº. 103, 1300-472 Lisboa	x		100,00%	151.453.357,40	19.339.592,92	170.792.950,32
EGEAC- Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A	Avenida Eng. Duarte Pacheco, 26, 1070-111 Lisboa	x		100,00%	3.621.663,55	-274.875,46	3.346.788,09
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres 198/200, 1750-150 Lisboa	x		100,00%	41.603.070,01	653.280,30	42.256.350,31
GEBALUS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Laura Alves 12 7, 1050-138 Lisboa	x		100,00%	4.140.406,93	18.021,22	4.158.428,15
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, 31 - 2ª., 1100-365 Lisboa	x		100,00%	1.641.506,26	1.850.715,97	3.492.222
Associação Parque Junqueira	Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa		x	26,10%	19.693.519,05	885.710,81	20.579.229,86
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	Plataforma Ribeirinha da CP - Estação Mercadorias da Bobadela 2696-801 São João da Talha		x	20,00%	11.943.456,40	592.468,00	12.535.924,40
Carrisbus - manutenção, reparação e transportes, SA *	Avenida Dr. Augusto Castro - 1950-082 Lisboa	x		99,99%	-	-	-
Carristur - inovação em transportes urbanos e regionais, sociedade unipessoal, Lda *	Avenida Dr. Augusto Castro - 1950-082 Lisboa	x		100,00%	5.250.754,53	1.517.207,48	6.767.962,01
				<b>Total</b>	<b>239.347.734,13</b>	<b>24.582.121,24</b>	<b>263.929.855,37</b>

\* Empresas controladas pela companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.

Os investimentos acima apresentados incluem participações em 2 entidades, Valorsul- Valorização e tratamento de resíduos sólidos das regiões de Lisboa e do Oeste, SA e Associação Parque Junqueira, que pela percentagem de participação foram apenas alvo de aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial.

As contas consolidadas do Município de Lisboa, são auditadas, pela entidade BDO & Associados, SROC, Lda., com a emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas.

O órgão responsável pela aprovação das contas consolidadas é a Câmara.

Relativamente aos saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, exigido no nº 7 do art.º 75º encontram-se espelhados na nota 20, quadro 20.2 do anexo às Demonstrações Financeiras individuais do Município de Lisboa.

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

## 24. OUTROS CREDORES E DIFERIMENTOS PASSIVOS

## 24.1 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de outros credores, desgregam-se como se apresenta:

## Não Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar Não corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022
Cauções Recebidas	9.600.970,92	7.892.060,04
Permutas	40.598.048,99	-
Acordo de Pagamento - CML	7.491.072,00	16.639.318,72
Fornecedores retenção para garantia	3.721.518,43	2.932.457,55
Subsídio ao investimento	348.436,42	425.525,41
<b>Total</b>	<b>61.760.046,76</b>	<b>27.889.361,72</b>

Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022
Credores por acréscimos de gastos	23.865.312,88	15.613.229,34
Estimativa para Férias e Subsídio de Férias	53.934.457,28	51.622.694,21
Outros credores por transferências e subsídios	7.204.291,26	6.254.617,85
Cauções	4.430.467,20	6.438.284,59
Operações de tesouraria	1.628.530,92	1.819.961,76
Permutas	-	29.967.140,54
Outros	19.041.704,63	17.397.800,36
Acordo de Pagamento - CML	9.683.371,72	9.398.276,00
<b>Total</b>	<b>119.788.135,89</b>	<b>138.512.004,65</b>

## 24.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os diferimentos consolidados desagregam-se como se apresenta:

Quadro 24.2 - Diferimentos consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
Não corrente	31.12.2023	31.12.2022
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	65.421.258,87	64.467.693,19
Acordos de concessão de serviços	8.095.809,15	8.191.594,67
Outros	4.245.489,25	4.544.882,00
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>77.762.557,27</b>	<b>77.204.169,86</b>
Corrente		
Transf. e subsíd. correntes obtidos com condições	9.257.050,12	6.107.779,78
Transf. e subsíd. de capital obtidos com condições	26.806.957,33	13.638.624,04
Acordos de concessão de serviços	95.785,52	95.785,52
Rendimentos a reconhecer	4.176.324,71	4.676.709,26
Outros	9.777.350,22	8.050.362,83
<b>Sub-Total Corrente</b>	<b>50.113.467,90</b>	<b>32.569.261,43</b>
<b>Total</b>	<b>127.876.025,17</b>	<b>109.773.431,29</b>

Na componente de diferimentos não corrente, o valor apresentado corresponde na íntegra ao Município de Lisboa, em que o montante mais significativo é relativo às transferências e subsídios de capital obtidos, com condições, que totalizam 65,4 milhões de euros, neste agregado destacam-se para 33,1 milhões de euros, referentes a rendimentos a reconhecer, referentes ao IHRU, para financiar as obras a realizar pelo ML/SRU no âmbito do PRR, nomeadamente, a construção de novos fogos e a reabilitação/requalificação de edifícios/frações.

No que se refere ao valor corrente, o Município representa também aqui a maior percentagem com ≈ 85%, no valor total de 42,8 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos consolidada, decompõe-se da seguinte forma:

Quadro 25 - Estado e Outros Entes Públicos consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2023	31.12.2022
Segurança Social	4.206.945,27	3.480.666,96
IRS	1.069.655,38	1.151.853,26
IVA	1.129.081,84	2.099.239,40
CGA	64.362,13	64.586,62
IRC a liquidar	1.891.390,48	606.880,16
Outros	91.954,02	45.402,00
<b>Total</b>	<b>8.453.389,12</b>	<b>7.448.628,40</b>

Os impactos mais significativos para o acréscimo de  $\approx 1,0$  milhões de euros é referente a conta IRC a liquidar na Carris, com um aumento de  $\approx 1.2$  milhões de euros e o aumento de  $\approx 726$  mil euros das contribuições para a Segurança Social, que apresentam um acréscimo generalizado em todas as entidades, em consonância com a evolução verificada dos Gastos com pessoa. Em contrapartida, regista-se uma diminuição do saldo referente ao IVA a pagar, no total de  $\approx 970$  mil euros, salientando-se os decréscimos de  $\approx 596$  mil do ML,  $\approx 177$  mil euros da SRU e  $\approx 146$  mil euros da EMEL

## Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, decompõe-se como segue:

## 26. Fornecimentos e Serviços Externos - Consolidado

(unidade: Euro)

Fornecimento e Serviços Externos	31.12.2023	31.12.2022
Subcontratos	83.380.031,47	69.403.754,30
Conservação e reparação	58.854.384,54	41.586.116,81
Saneamento Básico	31.453.191,38	29.122.342,08
Trabalhos especializados	31.295.067,62	28.305.873,14
Eletricidade	20.270.427,14	19.549.071,29
Rendas e alugueres	18.389.269,81	10.063.235,94
Comissões	16.063.602,89	15.194.375,23
Vigilância e segurança	15.712.145,40	12.146.787,02
Outros serviços	13.873.786,17	12.349.745,20
Limpeza, higiene e conforto	13.428.908,38	12.465.523,67
Serviços de alojamento e de restauração	11.179.635,02	7.832.748,64
Serviços de recolha e trat. de res. sól. e urbanos	10.470.536,02	9.255.763,29
Honorários	7.489.260,29	6.886.338,37
Água	6.307.406,41	5.895.798,29
Comunicação	6.199.761,74	5.058.977,43
Combustíveis e lubrificantes	4.896.888,49	4.381.184,97
Seguros	4.078.411,82	3.571.339,45
Manutenção e reparação autocarros	3.952.816,04	2.661.321,36
Manutenção e reparação eléctricos	2.974.373,51	2.737.121,98
Publicidade, comunicação e imagem	2.804.039,06	2.821.753,32
Serviços de transporte	1.487.764,26	1.288.406,46
Material de educação, cultura e recreio	1.385.297,42	1.282.457,74
Medicamentos e artigos para a saúde	158.902,22	125.791,54
Serviços Saúde	21.900,64	7.377.604,00
Outros	3.290.933,69	3.749.107,15
<b>Total</b>	<b>369.418.741,43</b>	<b>315.112.538,67</b>





**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS  
CONSOLIDADAS**

## 1 INTRODUÇÃO

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras têm perímetros diferentes. Os documentos orçamentais foram elaborados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo, uma vez que o perímetro de consolidação da NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental é mais restrito do que o da NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois está limitado às entidades reclassificadas pelo INE.

Deste modo, a consolidação orçamental engloba o Município de Lisboa, a Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa e a Lisboa Ocidental, SRU.

Informa-se ainda que de acordo com a FAQ 50, as liquidações e obrigações apresentadas, referem-se a: liquidações transitadas e a receber em períodos seguintes e obrigações transitadas e a pagar em períodos seguintes, respetivamente.

Relativamente às liquidações e obrigações a receber/pagar em períodos seguintes, apenas são apresentadas as registadas no Município de Lisboa, já deduzidas das relativas às entidades do perímetro de consolidação orçamental.

As empresas atrás referidas, não apresentam qualquer valor relativo a liquidações e obrigações, a receber/pagar em períodos seguintes.

## 2 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Desagregação dos recebimentos e pagamentos consolidados do Universo Municipal de Lisboa, discriminados por rubrica orçamental:

Município de Lisboa

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado - Recebimentos  
31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubrica Recebimentos	Recebimentos	
	Consolidado 2023	Consolidado 2022
<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>131.856.369,11</b>	<b>165.926.109,28</b>
Operações orçamentais [1]	112.745.233,16	147.737.645,72
Devolução do saldo oper. Orçamentais	112.745.233,16	147.737.645,72
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	112.745.233,16	147.737.645,72
Operações de tesouraria [A]	19.111.135,95	18.188.463,56
<b>Receita corrente</b>	<b>897.780.436,11</b>	<b>855.726.092,14</b>
R1 Receita fiscal	546.083.247,86	521.858.193,91
R1.1 Impostos diretos	546.083.247,86	521.858.193,91
R1.2 Impostos indiretos		
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3 Taxas, multas e outras penalidades	94.161.215,51	86.063.546,02
R4 Rendimentos de propriedade	17.151.915,93	15.366.612,41
R5 Transferências e subsídios correntes	83.616.205,34	87.335.008,31
R5.1 Transferências correntes	83.616.205,34	87.335.008,31
R5.1.1 Administrações Públicas	82.972.686,72	85.434.803,98
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	81.428.408,72	83.338.796,20
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	1.544.278,00	2.096.007,78
R5.1.1.3 Segurança Social		
R5.1.1.4 Administração Regional		
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	
R5.1.2 Exterior - UE	643.518,62	1.900.204,33
R5.1.3 Outras		
R5.2 Subsídios correntes	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	139.527.395,23	133.247.264,47
R7 Outras receitas correntes	17.240.456,24	11.855.467,02
<b>Receita de capital</b>	<b>35.286.937,25</b>	<b>53.307.463,10</b>
R8 Venda de bens de investimento		8.201.908,04
R9 Transferências e subsídios de capital	29.332.011,97	41.694.565,34
R9.1 Transferências de capital	29.332.011,97	41.694.565,34
R9.1.1 Administrações Públicas	29.332.011,97	41.694.565,34
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	23.208.698,79	29.355.704,85
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	6.123.313,18	12.338.860,49
R9.1.1.3 Segurança Social		
R9.1.1.4 Administração Regional		
R9.1.1.5 Administração Local		
R9.1.2 Exterior - UE		
R9.1.3 Outras		
R9.2 Subsídios de capital		
R10 Outras receitas de capital	5.954.925,28	3.410.989,72
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	4.556.819,18	1.765.477,32
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>937.624.192,54</b>	<b>910.799.032,56</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>35.673.519,06</b>	<b>55.826.316,00</b>
R12 Receita com ativos financeiros		
R13 Receita com passivos financeiros	35.673.519,06	55.826.316,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>1.086.042.944,76</b>	<b>1.114.362.994,28</b>
<b>Operações de tesouraria [8]</b>	<b>17.289.958,79</b>	<b>15.558.719,69</b>

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

Município de Lisboa

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado - Pagamentos  
31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubrica Pagamentos	Pagamentos	
	Consolidado 2023	Consolidado 2022
<b>Despesa corrente</b>	<b>830.436.912,38</b>	<b>797.443.629,77</b>
D1 Despesas com o pessoal	314.087.727,19	289.330.863,80
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	209.865.257,94	193.372.944,01
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	38.286.536,66	33.122.395,05
D1.3 Segurança social	65.935.932,59	62.835.524,74
D2 Aquisição de bens e serviços	295.431.984,05	261.353.454,05
D3 Juros e outros encargos	7.779.490,36	2.427.599,80
D4 Transferências e subsídios correntes	198.643.226,02	230.853.083,26
D4.1 Transferências correntes	135.316.639,34	136.659.861,34
D4.1.1 Administrações Públicas	79.821.925,18	87.871.506,61
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5.546.302,81	5.877.029,97
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		
D4.1.1.3 Segurança Social		
D4.1.1.4 Administração Regional		
D4.1.1.5 Administração Local	74.275.622,37	81.994.476,64
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	124.317.424,15	45.497.587,43
D4.1.3 Famílias	1.668.639,41	868.907,33
D4.1.4 Outras	5.712.717,01	2.421.859,97
D4.2 Subsídios correntes	63.326.586,68	94.193.221,92
D5 Outras despesas correntes	14.494.484,76	13.478.628,86
<b>Despesa de capital</b>	<b>153.805.983,98</b>	<b>162.141.912,74</b>
D6 Aquisição de bens de capital	124.317.424,15	136.192.251,98
D7 Transferência e subsídios de capital	29.488.559,83	25.949.660,76
D8 Transferências de capital	29.488.559,83	25.949.660,76
D7.1 Administrações Públicas	22.372.010,94	17.352.252,41
D7.1.1 Administração Central - Estado Português		
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		44.700,00
D7.1.1.3 Segurança Social		
D7.1.1.4 Administração Regional		
D7.1.1.5 Administração Local	22.372.010,94	17.307.552,41
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	6.002.429,71	7.352.784,41
D7.1.3 Famílias		800,00
D7.1.4 Outras	1.114.119,18	1.243.823,94
D7.2 Subsídios de capital		
D8 Outras despesas de capital		
<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>984.242.896,36</b>	<b>959.585.542,51</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>29.164.287,84</b>	<b>42.043.677,99</b>
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	
D10 Despesa com passivos financeiros	29.164.287,84	42.043.677,99
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>1.013.407.184,20</b>	<b>1.001.629.220,50</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>15.808.168,05</b>	<b>11.739.272,42</b>
Saldo para a gerência seguinte	93.228.687,25	165.926.109,28
<b>Operações orçamentais [8] = [4]-[7]</b>	<b>72.635.760,56</b>	<b>147.737.645,72</b>
<b>Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]</b>	<b>20.592.926,69</b>	<b>18.188.463,56</b>
<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>-46.618.703,82</b>	<b>-48.786.509,95</b>
<b>Despesa primária</b>	<b>976.463.406,00</b>	<b>957.157.942,71</b>
<b>Saldo corrente</b>	<b>67.343.523,73</b>	<b>58.282.462,37</b>
<b>Saldo de capital</b>	<b>-118.519.046,73</b>	<b>-108.834.449,64</b>
<b>Saldo primário</b>	<b>-38.839.213,46</b>	<b>-46.358.910,15</b>
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>1.086.042.944,76</b>	<b>1.114.362.994,28</b>
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>1.013.407.184,20</b>	<b>1.001.629.220,50</b>

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

### 3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Execução Orçamental da Receita Consolidada -

Liquidações transitadas e a receber em períodos seguintes

31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubrica	Descrição Rubrica	Liquidações consolidadas 2023	Liquidações consolidadas 2022
<b>Receita Corrente</b>			
R1	Receita fiscal		
R 1.1	Impostos Diretos		
R 3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	27.794.557,93	28.396.297,22
R 4	Rendimentos de Propriedade	45.356,97	54.025,87
R 5	Transferências e Subsídios Correntes	83.133,85	102.273,36
R 5.1	Transferências Correntes	83.133,85	102.273,36
R 5.1.1	Admin. Públicas	83.133,85	102.273,36
R 5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		19.758,05
R 5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	83.133,85	82.515,31
R 5.1.2	Exterior - U E		
R 5.1.3	Outras		
R.5.1.5	Administração Local		
R 5.2	Subsídios Correntes		
R 6	Venda de Bens e Serviços	48.516.711,14	54.370.621,05
R 7	Outras Receitas Correntes	8.397.411,01	8.419.232,64
<b>Receita de Capital</b>			
R 8	Venda de Bens de Investimento	10.209.399,86	9.925.318,85
R 9	Transferências e Subsídios de Capital	5.015.020,50	5.228.685,92
R 9.1	Transferências de Capital	5.015.020,50	5.228.685,92
R 9.1.1	Admin. Públicas	5.015.020,50	5.228.685,92
R 9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2.984.070,90	3.193.263,55
R 9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	2.030.949,60	2.035.422,37
R 9.1.2	Exterior - U E		
R 9.2	Subsídios de Capital		
R 10	Outras Receitas de Capital	2.712.734,04	1.458.629,88
R 11	Reposições não Abatidas aos Pagamentos	813.283,17	714.947,47
R 12	Receita com Ativos Financeiros		
R 13	Receita com Passivos Financeiros		
R 14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais		
<b>Total</b>		<b>103.587.608,47</b>	<b>108.670.032,26</b>

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

## 4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa Consolidada - Obrigações transitadas e a pagar em períodos seguintes

31 de dezembro de 2023

(unidade: Euro)

Rubrica	Obrigações	
	Consolidado 2023	Consolidado 2022
<b>Despesa Corrente</b>		
D1 Despesas com o pessoal	<b>2.539.976,12</b>	<b>2.084.098,80</b>
D1.1 Remunerações certas e permanentes	833.482,85	636.400,83
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	117.513,79	108.444,85
D1.3 Segurança social	1.588.979,48	1.339.253,12
D2 Aquisição de bens e serviços	3.398.757,93	4.499.382,57
D3 Juros e outros encargos		
D4 Transferências e subsídios correntes	<b>76.348,45</b>	<b>50.000,00</b>
D4.1 Transferências correntes	<b>76.348,45</b>	<b>50.000,00</b>
D4.1.1. Administrações Públicas	<b>2.258,59</b>	
D4.1.1.1. Administração Central - Estado Português	2.258,59	
D4.1.1.5. Administração local		
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	74.089,86	50.000,00
D4.1.3 Famílias		
D4.1.4 Outras		
D4.2 Subsídios correntes		
D5 Outras Despesas Correntes	2.917.293,95	4.354.463,80
<b>Despesa de Capital</b>		
D6 Aquisição de bens de capital	13.175.111,59	19.195.134,62
D7 Transferência e subsídios de Capital	63.380,00	
D7.1 Transferências de capital	63.380,00	
D7.1.1 Administrações Públicas		
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		
D7.1.1.5 Administração local		
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	63.380,00	
D7.1.3 Famílias		
D7.1.4 Outras		
D8 Outras despesas de capital		
D9 Despesa com ativos financeiros		
D10 Despesa com passivos financeiros	277.448.353,13	264.295.788,67
<b>Total</b>	<b>299.619.221,17</b>	<b>294.478.868,46</b>

Inclui Município de Lisboa, Gebalis e Lisboa Ocidental, SRU

